



Da História à Ética
uma reflexão ética
sobre a história da
Psicologia

PÁGINA 3

Psicologia do Esporte
Do Sonho ao
Projeto de Vida

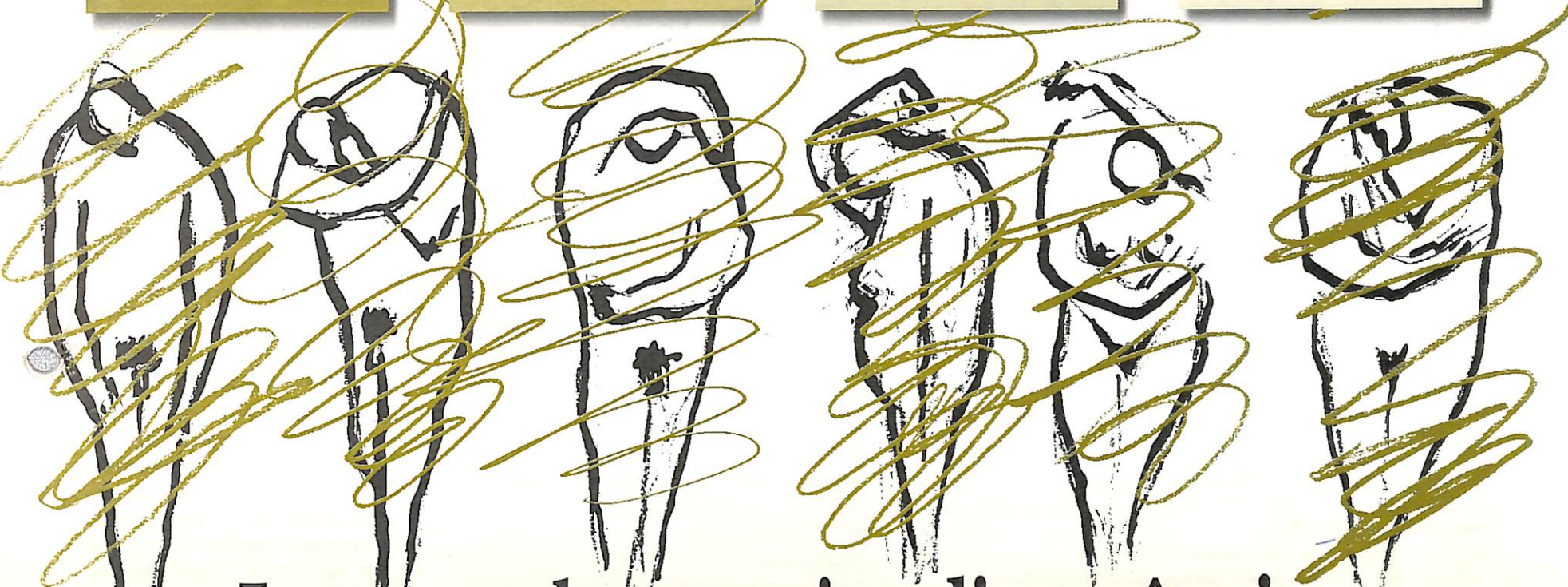
PÁGINA 10

Adolescência
e
Irreverência

PÁGINA 11

Polêmica:
*Resolução sobre
Orientação Sexual
do CFP*


PÁGINAS 14 e 15



Loucura: harmonia e dissonância

JORNAL
DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE
ANO 16 Nº 64
AGOSTO 1999

 CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04

JJP

Ed	EDITORIAL.....	2
A	ARMAÇÃO	2
Et	ÉTICA	3
Ag	AGENDA	4
T	TESE	5
	INSTITUCIONAL	6
U	UNIVERSIDADE.....	7
I	INTERFACES	8/9
Rp	REDE PSICOLÓGICA	10
M	MÍDIA	11
Cr	O CONSELHO RESPONDE	12
Pp	POLÍTICAS EM PSICOLOGIA ..	13
S/N	POLÊMICA	14/15
C	CULTURA	16

27 de agosto de 1999

Há um ano os psicólogos de Minas Gerais e do Espírito Santo elegeram a nossa gestão para cuidar da profissão na 4ª Região. Neste tempo, muito trabalho foi realizado. Criamos a Câmara de Avaliação Psicológica que efetivamente tem promovido profícuas discussões nesta área. Inúmeros colegas chegam a cada dia no Conselho participando das reflexões acerca da avaliação psicológica em diversos campos de interface da psicologia. Temos hoje a Comissão de Direitos Humanos que promoverá em outubro, juntamente com o Conselho Federal e o Crp 06 e 05, o 1º Encontro de Psicologia sobre Violência e políticas Públicas de Segurança. Vários colegas, trazendo sua experiência profissional em Penitenciárias, Polícias, tribunais, Delegacias, no Trabalho com grupos de excluídos e comunidades integram esta comissão que produz semanalmente discussões legítimas ao exercício da Psicologia na luta pelos Direitos Humanos. Temos a Comissão de Trânsito que tem trabalhado para qualificar a prática do psicólogo neste campo, de acordo com a nova legislação. Criamos a Seção Espírito Santo, que hoje tem autonomia política para reger sua gestão naquele estado, trabalhando rumo a criação do Conselho regional do ES, quem sabe, já nas próximas eleições.

A Câmara de saúde, de formação, de ética e a de orientação e fiscalização continuam seu trabalho no sentido de legitimar o exercício profissional, promovendo as mais diversas discussões e orientando os psicólogos no sentido de um exercício profissional qualificado e ético. Inauguramos a nova sede em março e desde então mais de dois mil psicólogos já atravessaram suas portas assentando-se e discutindo seu lugar na construção de um projeto para a Psicologia, nas mais diversas áreas, comprometidos com o Social.

É isto aí: PSICOLOGIA UM COMPROMISSO SOCIAL. Nossa campanha maior. Em torno dela o CRP-04 está borbulhando como nunca esteve... refletindo... criticando e produzindo saídas para os impasses apresentados... Nossa proposta virou realidade... Este projeto só foi possível por que temos em você um parceiro inquestionável. Cada dia, mais parceiros vem juntar-se a nós e esperamos que até o final desta gestão o Conselho possa ter estado ao lado de cada psicólogo em algum momento... parceiros... cuidando da profissão.

Não é por acaso que tantos colegas responderam imediatamente a nossa campanha de inadimplência. No Escritório do CRP-04 o telefone não para de tocar, em três semanas do lançamento da campanha, já atendemos 1350 colegas, todos agendados, sendo que destes atendimentos, 95% negociaram suas dívidas, tornando-se adimplentes.

As quartas no Conselho são um sucesso. Todo o material está sendo gravado e está disponível para pesquisa. O Conselho por aí... visita os quatro cantos da quarta região, levando discussões e trazendo as colaborações de todos os psicólogos que aceitam o nosso convite e comparecem trazendo sua idéia, sua pergunta... sua parceria.

O Jornal tem nova cara, matérias instigantes, atuais e contando com a colaboração de psicólogos das mais diversas áreas na construção da notícia. O Site está a caminho, será aberto no dia 27... presente de aniversário, um jeito mais rápido e fácil de saber o que está acontecendo e sugerir, intervir no processo de cuidar da profissão.

Haja fôlego... Somos nós, parceiros, indubitavelmente na luta diária por uma psicologia comprometida com a ética, com os direitos humanos, com a saúde mental. Guarde esta idéia parceiro, será este o nosso grito no dia 27, em rede nacional: Psicologia Um compromisso Social.

Parabéns Psicólogo.

IX PLENÁRIO

ED

PRÓXIMA PARADA

Durante os meses de agosto, setembro e outubro, a equipe técnica do CRP-04, juntamente com um conselheiro, estará visitando as seguintes cidades:
Programa-se!

23 a 27/08 - Muriaé, Leopoldina, Além Paraíba, São João Neponuceno, Ubá

20 a 24/09 - João Pinheiro, Unai, Paracatu, Três Marias

27/09 a 01/10 - São João Del Rei, Barroso, Barbacena, Santos Dumont, Juiz de Fora

04 a 08/10 - Montes Claros, Pirapora, Diamantina

Durante este período serão realizadas também visitas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na Região Central.

JJP JORNAL DO PSICÓLOGO

IX PLENÁRIO

Adilson Rodrigues Coelho • Alysson Massote Carvalho
• Angela Ribeiro • Andréa Mâris Campos Guerra • Cassandra Pereira Franca • Custódio Cruz de Oliveira e Silva • Elaine Maria do Carmo Dias • Elione Matos Martins • Fernanda Otoni de Barros • Francisco José Machado Viana • Jorge Franca de Oliveira • Júnia Maria Campos Lara • Maria Carmem de Castro Patrocínio • Maria do Carmo Nahas Silva • Maria José Vilela Lamounier • Mariana de Campos Mendonça • Mércia Pimenta de Figueiredo • Milton dos Santos Bicalho • Reluí Rachid Nagme de Oliveira • Renato Luz • Roberto Chateaubriand Domingues • Rodrigo Guimarães Silva • Ronaldo de Oliveira Zenha • Samyra Assad • Sandra Maria Garcia de Aquino • Vânia Aparecida Botega

DIRETORIA

Francisco José Machado Viana Presidente
Jorge Franca Vice-presidente
Roberto Chateaubriand Domingues Tesoureiro
Maria Carmen C. Patrocínio Secretária

Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) CRP-04
Rua Timbiras, 1532 - 6º andar - Lourdes - Cep 30140-061
Belo Horizonte, MG - Telefax: (31) 213-6767
E-mail: crp04@prover.com.br

Seção Espírito Santo

Avenida Nossa Senhora da Penha, 714 - salas 809/810 -
Ed. RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória ES - Cep 29055-132
Tel. (27) 324-2806

Escritórios setoriais do CRP-04 em Minas Gerais

- **Triângulo Mineiro (ESTM):** Conselheiro residente: Renato Luz (Uberaba) e Maria José Vilela Lamounier (Uberlândia) - Rua Alaor Prata, 23 - sala 605 - Ed. Os Bandeirantes - Uberaba MG - Cep 38010-050 Tel. (34) 312-5694
- **Região Sudeste (EZM):** Conselheiro residente: Andréa Mâris Campos Guerra e Reluí Rachid Nagme de Oliveira - Avenida Barão do Rio Branco, 2588 - sala 901 - Centro, Juiz de Fora MG - Cep 36016-311 - Tel. (32) 215-9014
- **Sul de Minas (ESM):** Conselheiro residente: Sandra Maria Garcia de Aquino - Rua Comendador José Garcia, 239 - sala 202 - Pouso Alegre MG - Cep 37550-000 - Tel. (35) 423-8382

Jornal do Psicólogo

INFORMATIVO DO CONSELHO DE PSICOLOGIA - CRP-04

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Coordenação geral: **Fernanda Otoni de Barros**
Comissão: **Elione Matos Martins, Fernanda Otoni de Barros, Mariana de Campos Mendonça, Renato Luz, Rodrigo Guimarães**
Jornalista responsável: **Raquel Marzagão** (Mtb 6051/MG)
Colaboração: **Raquel Peixoto**
Projeto gráfico: **Marcelo Xavier**
Edição gráfica: **Grupo de Design Gráfico Ltda**
Cláudia Barcellos Guimarães (Mtb 2109/MG)
Revisão: **Luiz Prazeres**
Fotolito: **Policrom**
Impressão: **Artes Gráficas Formato Ltda**
Tiragem: 15.000 exemplares - Distribuição gratuita
Periodicidade: trimestral

A velocidade do mundo contemporâneo esfacela a superfície do espelho. "Partido", essa é a metáfora que perpassa alguns textos desse JP e que subsidia muitas das reflexões que estão na ordem do dia.

A palavra grega *metaphorá* significa transporte, transferência. A aceleração do processo de transferência de sentido ou de seu eclipse é um dos motivos da fragmentação do sistema de valores evidenciado na virada desse século.

Eis um mundo fragmentado, habitado por um homem que "é estranho em sua própria casa", que busca referências identitárias e éticas para alinhavar-se, movendo-se em uma geometria social com feitura de abismos e hiatos nas cercanias da "normalidade". Do lado de fora da cidadela, estão os "partidos", os loucos, os homossexuais, os adolescentes e outros de comportamento "irregular", que se movimentam nas trincas do espelho e denunciam o furo do ideal social. Esse é um dos vértices que irrompe na "lisura" da cultura hegemônica e, com o qual, nós, os psicólogos, temos que nos haver, "os sentidos atravessados de fronteiras", como diz o poeta. E, ainda, cabe também a nós atravessarmos os estreitos limites de um fazer "estritamente psi" e dialogar com outras áreas do conhecimento, fazendo da interface um dos antidotos contra a inação mural das abordagens reducionistas, estigmatizantes e repressivas. Devemos, também, interrogar as falas que inauguram palavras sem coisa, teorias dissociadas da *práxis* e de um agir social respaldado por uma reflexão ética. E mais, não podemos perder de vista um fazer que resgata o discurso, a singularidade, a subjetividade que resiste à instrumentalização do homem, mesmo que partido.

Cabe à psicologia flechar e abrir o caroco da *metaphorá*, provocar, de forma inovadora e conseqüente, o estranhamento do ordinário, buscando assim, a "inteireza dessas partes, que partido, faz inteiro os sentidos".

COMISSÃO EDITORIAL

A

Da História à Ética

Uma reflexão ética sobre a história da Psicologia

JACQUELINE DE OLIVEIRA MOREIRA

Para Carlos Drawin.

A vida nas megalópoles deste final de século assumiu um ritmo vertiginoso. Todas as coisas – as informações e as modas, as pessoas e as imagens – parecem lançadas num quotidiano que tudo consome em sua permanente insaciedade e, assim, a nossa experiência dissolve-se na percepção da aceleração e fluidez do tempo. Se o homem de Pascal encontrava-se, no limiar da primeira modernidade, desorientado e sem luz, abandonado a si mesmo, à deriva na imensidão do universo infinito, o homem desta nossa desencantada modernidade encontra-se atordoado, confuso diante da impermanência das coisas, da precariedade dos valores, da voragem do tempo. As mudanças seguem um ritmo alucinante, estamos imersos na intensidade pura de seu movimento.

Platão anuncia, no **Sofista**, que se o Ser não inclui a estabilidade, o inteligível se dissolverá numa pluralidade infinita. Parece-nos que a advertência platônica tornou-se completamente estranha no seio da sociedade atual. Nesse contexto caracterizado, segundo a expressão de Lipovetsky, pelo “*império do efêmero*”, os referenciais que poderiam nortear as condutas humanas confundem-se numa teia emaranhada de infinitas possibilidades.

Vivemos, portanto, num tempo em que a fragmentação e a dispersão dos antigos ideais produzem uma crise de valores morais que se manifesta tanto no comportamento cotidiano quanto na esfera econômica, social e política. Diante da crise, proliferam-se as demandas por reflexão e discussão ética, o que nos parece, aliás, um inequívoco sintoma de nossa época, na medida em que entendemos o sintoma como expressão do binômio velamento/desvelamento de um conflito. Tal demanda ética parece nascer da própria carência de eticidade na vida moderna, mas, paradoxalmente, representa também uma tentativa de suprir tal falta.

O campo do discurso ético é, no entanto, de extraordinária complexidade, não só porque nele entrecruzam-se intrincados problemas antropológicos e metafísicos, mas também porque nele opõem-se diferentes correntes do pensamento contemporâneo. Em linhas gerais, a ética é a teoria que pretende compreender as condutas morais, ou seja, refere-se à reflexão, à elaboração discursiva e conceitual acerca dos comportamentos práticos. O que permite distinguir o **agir moral** e o **discurso ético**, pois, segundo Vázquez, “*o problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático/moral e não teórico/ético*”. As-

sim, uma reflexão ética elucida os princípios subjacentes aos comportamentos morais e explicita os fundamentos que possibilitam as relações intersubjetivas. O solo fértil em que floresce a conduta moral e a reflexão ética refere-se ao domínio das relações entre o eu e o outro e é, portanto, a dimensão da alteridade como irreduzível ao eu que coloca em cena a problemática ética.

Por esse motivo, podemos afirmar que a problemática ética não é central no interior da Ciência Moderna, pois a ciência, no seu projeto de dominação e controle, reduz o outro à condição de objeto de estudo. Além do mais, o ideal positivista dominante no século XIX pretende estudar os fenômenos positivos, ou seja, aqueles que são observáveis, mensuráveis e controláveis. E assim, com o crescente domínio da ciência positivista e da técnica instrumental, as reflexões éticas foram colocadas em segundo plano ou relegadas ao domínio da pura especulação.

Foi precisamente nesse contexto que surgiu a psicologia. Fiel ao projeto científico positivista, a psicologia não se ocupará das reflexões sobre as condições de possibilidade do convívio intersubjetivo. Porém, como toda prática, inclusive a prática científica, a psicologia exige algum tipo de orientação ética. Podemos indicar que a proposta ética que norteia as condutas dos cientistas é algum tipo de **utilitarismo**, vagamente definido como aquilo que orienta-se pelo que é útil, ou seja, aquilo que visa à felicidade ou ao prazer da humanidade.

Entretanto, será apenas no momento em que a psicologia ingressar no âmbito da clínica que a problemática ética aparecerá como central. A prática clínica introduz explicitamente a dimensão da subjetividade e do agir social e, conseqüentemente, a reflexão ética. O espaço da clínica em psicologia será inaugurado através das considerações sobre a neurose difundidas pela psicanálise freudiana. Não encontramos no texto freudiano um título explicitamente nomeado como considerações sobre a ética. No entanto, o texto **O mal-estar na cultura** apresenta uma série de reflexões sobre os impasses éticos. Segundo Freud, com o desenvolvimento da civilização, o eudemonismo torna-se impossível. A conduta moral é garantida pela culpa super-egóica e pela

esquiva do desprazer. Para além dessas ponderações éticas, Freud introduz uma possibilidade de compreensão da condição psíquica¹ subjacente à conduta moral, ao enunciar a figura do desamparo (*Hilflosigkeit*) do homem.

Depois de Freud, assistiremos a uma verdadeira explosão de propostas terapêuticas, mas acreditamos que, em sua grande maioria, as terapias que se multiplicaram no espaço *psi* orientam-se na perspectiva de uma ética hedonista.

A clínica psicológica nasceu na confluência ideológica dos movimentos liberais, românticos e disciplinares. Por sua história, a clínica é portadora de um elemento basicamente individualista, como a busca por expressividade individual, mas, paradoxalmente, é também portadora de formas sutis de controle. A associação de Liberalismo e Romantismo no interior da proposta clínica introduz a dimensão da busca do verdadeiro eu fundada numa incessante procura de prazer. Essa generalização deve ser, contudo, matizada. Por exemplo, parece-nos que a proposta de Viktor Frankl ilustra bem o caráter complexo e diferenciado da relação ética e psicologia clínica. A Logoterapia, proposta que aparece após a Segunda Guerra, acredita que o homem é um ente empenhado na busca de sentido que possibilita a autotranscendência. Frankl introduz a dimensão espiritual do ser humano através da noção de transcendência. Nesse sentido, podemos afirmar que a ética subjacente à proposta de Frankl escapa à ânsia hedonista e utilitarista da sociedade contemporânea.

Hoje, nós psicólogos, assistimos a uma demanda social de prazer e felicidade imediatas. A regra é a da utilidade e útil é o que traz prazer e felicidade. Poderíamos dizer que vivemos em tempos em que o antigo eudemonismo associa-se sem mais com o hedonismo e o utilitarismo. No entanto, a cultura narcísica parece deturpar os princípios desses três modos de compreensão ética. O homem da Alta Modernidade busca, na clínica psicológica, soluções mágicas como psicofármacos ou esoterismo. É preciso refletir sobre o sentido da demanda para não incorrer no equívoco de fazer da ética um mero reforço do narcisismo sombrio.

Jacqueline de Oliveira Moreira é psicóloga, mestre em Filosofia, doutoranda em Psicologia Clínica – PUC/SP, professora do Unicentro Newton Paiva e da PUC/MG.

(1) - Parece-nos pertinente mencionar que Piaget dedica-se ao trabalho de explicitação das condições psíquicas que possibilitam a conduta ética. O autor investiga o desenvolvimento da consciência moral na criança, concluindo, pois, que a criança deve passar do Dever Moral, da Heteronomia para o Bem Moral, ou Autonomia; sendo que a passagem do respeito unilateral para o respeito mútuo só é possível mediante cooperação intelectual e moral do adulto.

AG



SETEMBRO

01 - Mesa-redonda: Manicômios Judiciários

Convidados: Luiz Tadeu Leite (secretário de justiça), Ana Heloísa Senra e Elisa Alvarenga
Local: Auditório do CRP-04 - 20h

08 - Palestra: Psicologia e Educação

Convidada: Cristina Fellet
Local: Auditório do CRP-04 - 20h

15 - Palestra e tema ainda indefinidos

Este evento é uma parceria do CRP-04 com o Sindicato dos Psicólogos

22 - Mesa-redonda: Psicologia Jurídica

Convidadas: Mônica Campos Silva, Cristina Nogueira e Neuzângela Oliveira Horta Maciel
Local: Auditório do CRP-04 - 20h

29 - Mesa-redonda: Psicologia e Adolescência

Convidados: Jésus Santiago, Lilany Vieira Pacheco (a confirmar) e Mary Cristina Thomaz
Local: Auditório do CRP-04 - 20h



ITAJUBÁ

06/SETEMBRO

Projeção de filme e debate
Horário: 19h30min
Local: FACESAM - Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas - Av. Tancredo Neves, 45 - Bairro São Judas Tadeu/Itajubá
Informações: (35) 622-4216, 623-7449 ou 622-2754

04/OUTUBRO

Palestra (tema e palestrante ainda indefinidos)
Horário: 19h30min
Local: AARO - Auditório Antônio Rodrigues de Oliveira - Rua Cel. Rennó, 7 - Centro/Itajubá
Informações: (35) 622-4216, 623-7449 ou 622-2754

VII Simpósio de Psicologia Analítica da Associação Junguiana do Brasil O Futuro da Psicoterapia
Data: 22, 23 e 24 de outubro
Local: Hotel Bucsky - Nova Friburgo/Rio de Janeiro
Informações: (21) 547-8972 ou 9949-4550

EQUIPSIS
Pensamento Sistemático: Implicações nas diversas áreas profissionais
Data: 21 de agosto
Informações: (31) 296-5464 ou 296-4828

III Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa
Data: 10 a 16 de outubro
Local: Hotel Estalagem das Minas Gerais/Ouro Preto
Informações: (31) 9983-1572 ou 287-5576

I Encontro de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança
Data: 14 a 16 de outubro
Local: CES - Centro de Ensino Superior Rua Halfeld, 1179/204 - Centro/ Juiz de Fora
Informações: CRP-04 (MG/ES): 31-213 6767
CRP-06 (SP): 11- 574 7133
CRP-05 (RJ): 21- 2341022
CFP (DF): 61 -328 3257

CET - Centro Especializado em Treinamento - Cursos: Palográfico, Wartegg, PMK, Zulliguer, Pfister, Recrutamento e Seleção.
Em todos os cursos as turmas serão montadas de acordo com a disponibilidade dos alunos
Local: Av Cristiano Machado, 640/ 505 - Sagrada Família
Informações: (31) 422-9211

Seminário - Criança: lugar de estrutura Como um psicanalista escuta uma criança?
Data: 23 de agosto
Local: Rua Major Lopes, 396 - sala 9
Informações: (31) 221-1682

III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica
Data: 24 a 27 de agosto
Local: Universidade Presbiteriana Mackenzie - auditório Rui Barbosa/ São Paulo
Informações: (11) 258-0229

III Congresso Sulmineiro de Psicologia e Ciências Humanas
Data: 7, 8 e 9 outubro
Informações: (35) 423-6773

II Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar
Data: 19 a 21 de agosto
Local: Campus da UFMG - Instituto de Ciências Biológicas (ICB)
Informações: (31)227-8544

VIII Semana de Seminários da Universidade de Uberaba
Data: 27/09 a 01/10
Local: Universidade de Uberaba
Informações: (34)332-3322

Seminário Direcionado à Produção Científica Ligada à Prática Psicológica
Datas: 31/08, 28/09, 26/10 e 30/11
Local: CES - Centro de Ensino Superior - Rua Halfeld, 1179/204 - Centro, Juiz de Fora
Informações: (32) 215-9014

IX Ciclo de Palestras sobre sonhos
Data: 25 de setembro
Local: Av do Contorno, 4045/ 309
Informações: (31) 223-9044

IX Congresso Estadual da Administração de Recursos Humanos - Transformando potencialidades em talentos e competências
Data: 20 a 22 de outubro
Local: Centro de Convenções de Vitória
Informações: (27) 225-0886

I Congresso Brasileiro de Dinâmica Interpessoal e V Semana de Dinâmica de Grupos
Data: 16 a 18 de setembro
Local: Centro de Convenções da FIERGS/ Porto Alegre
Informações: (51) 332-9293

10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social
Data: 8 a 12 de outubro
Local: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Informações: (11) 367-08520, 263-5695, 3051-5754

IV Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional/Ocupacional e I Encontro de Orientadores Profissionais do Mercosul
Data: 2 a 4 de setembro
Local: Castelmar Hotel/ Florianópolis
Informações: (48) 234-8850

Curso Teórico/Prático de Psicologia

Hospitalar - A intervenção psicanalítica no Hospital Baleia
Data: início do curso - 24 de setembro
Data para inscrições: 23 de agosto a 03 de setembro
Local da inscrição: rua Juiz da Costa Val, 10 - São Lucas
Informações: (31) 281-6996

II Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial
Data: 3 a 6 de novembro
Local: Universidade Estadual de Londrina
Informações: (43) 371-4106

V Congresso Latino-Americano de Psiquiatria
Data: 15 a 18 de setembro
Local: FISP - São Paulo
Informações: (11)3904-4482

Seminário Internacional Sociedade Inclusiva
Data: 30 de setembro a 2 de outubro
Local: PUC-MG
Informações: (31) 319-4914

Encontro de Psicologia e Interdisciplinaridade
Data: 20 e 21 de agosto
Local: Guanabara Palace Hotel - RJ
Informações: (21) 221-7626, 221-0155 ou 252-1703

Cursos de Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas
Início dos Cursos: Agosto
Informações: 0800-313231
10% de desconto para associados do CRP-04

XXIX Reunião Anual de Psicologia
Data: De 28 a 31 de Outubro
Local: Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Informações: (19) 625-9366 e 635-4530

III Jornada de Inverno da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
Data: 09 a 12 de setembro
Local: Centro de Eventos Hotel Continental - Canela/RS
Informações: (51) 338-4344

Curso Sociopsicomotricidade Romain Thiers
Início em Outubro
Informações: (31) 284-2791

Curso Introdução à Clínica Corporal com Crianças
Data: 19 de agosto a 4 de novembro
Local: Instituto Sedes Sapientiae - São Paulo
Informações: (11) 3873-2314

Curso de Abordagem no atendimento ao ciclo grávido-puerperal
Data: 19 de agosto a 18 de novembro
Local: Instituto Sedes Sapientiae - São Paulo
Informações: (11) 3873-2314

II Seminário Clínico Internacional "A criança em questão no final do século"
Data: 20 a 22 de setembro
Local: Auditório do CEG - UFES
Informações: (27) 345-8133

Seminário Educação e Terceira Idade
Data: 25 a 27 de agosto
Local: Luminis Espaço Empresarial
Informações: (31) 281-8044 ou 281-1388

IV Encontro Brasileiro para o Estudo do Psiquismo Pré e Perinatal
Data: 21 de agosto
Local: Auditório da FAU-Cidade Universitária São Paulo
Informações: (011) 813-8896 ou 815-9003

Evento "Psicologia Freinet: um futuro que começou ontem"
Data: 19 a 20 de agosto
Local: Centro Universitário Celso Lisboa - RJ
Informações: (021) 269-6572 ou 594-2982

Curso: Encontros com a Motricidade Humana
Data: 21 a 22 de agosto
Informações: (021) 269-6572 ou 594-2982

Curso Gestald Terapia Introdução, Básico/Formação e Coordenação.
Informações: (032) 215-0687 ou 212 8342

Conferências de Marie-Cristine Laznik "Sexualidade Feminina e Menopausa" "Autismo: Clínica e Prevenção" "Poderíamos Pensar na Prevenção da Síndrome Autística?"
Data: 26 e 27 de agosto
Local: Instituto de Estudos Psicanalíticos
Informações: (31) 296-7544

ATO FREUDIANO
Reiniciará sua programação a partir de 2 de

agosto. Os seminários são quinzenais:
• **"O Averso da Psicanálise"**
• **"Situação da Psicanálise e formação do Psicanalista em 1956"**
• **"O que o texto nos ensina"** (bimestral)
• **Uma leitura do texto Psicanalítico: "Sonhos", "O Inconsciente" e "Projeto para uma Psicologia Científica"**.
Local: Av. Barão do Rio Branco, 2270, sala 101 Juiz de Fora
Informações: (32) 216-4122

CAMPO LACANIANO
Atividades de Formações Clínicas
"A forclusão e seus efeitos clínicos"
Início: 25 de agosto
Local: Rua Caldas, 221
Informações: (31) 227-4059
"Seminário Clínico com apresentação de pacientes Antônio Quinet"
Início: 28 de agosto
Local: Centro de Estudos do Hospital do IPSEMG
Informações: (31) 221-5195
Mesa Redonda: "A Sexualidade Feminina na Contemporaneidade"
Data: 30 de setembro e 01 de outubro
Local: Auditório do Unicentro Newton Paiva (Unidade Silva Lobo)
Informações: (31) 295-6200
"Fórum Nacional do Campo Lacaniano: Saber lidar com a transferência"
Data: 01, 02 e 03 de outubro
Local: Hotel Liberty Palace
Informações: (31) 227-4059
"Encontro Internacional de Fóruns - A Escola da Psicanálise"
Data: 13 e 14 de novembro
Local: Paris
Informações: (31) 227-4059
Seminários com Guy Clusters em BH: "As formas clínicas da forclusão"
Data: 29 e 30 de novembro
"Psicose e Toximania"
Data: 26 e 27 de novembro
"Sobre a atualidade de uma Escola para Psicanálise"
Informações: (31) 227-4059

Foi criada em dezembro de 1998 a **Associação Mineira dos Psicólogos - AMIPSI**. A AMIPSI é uma sociedade civil de duração indeterminada, sem finalidades lucrativas, que congrega profissionais da Psicologia do Estado de Minas Gerais, orientada no sentido de contribuir com a classe, com a profissão e com a sociedade. Endereço: Rua Tupis, 185 sala 1105. Telefones: 274-0789, 274-8159 e 274-4971.

Curso Clínica Psicanalítica do Adolescente
Data: início 18 de agosto
Local: Rua Uberaba, 436 Bloco B/sala 306 - Barro Preto
Informações: 337-6998 ou 295-2686

Curso de Especialização Educação para o Trânsito
Matrícula até 17 de agosto
Local: Em Belo Horizonte - R. Rio Grande do Norte, 1560/4º andar - Savassi
Em Divinópolis - Campus Universitário - Bairro Jardim Belvedere, s/nº
Informações: (037) 212-1799 - ramais 221 e 218

Curso de Capacitação para Psicólogo Perito Examinador
Data: início 27 de agosto - Matrículas até 26 de agosto
Local: R. Rio Grande do Norte, 1560/salas 401 e 406 - Savassi
Informações: (037) 212-1799

Curso A Educação do Terceiro Milênio
Local: R. Francisco Félix, 85 - Cruzeiro - Pedra Azul
Informações: (033)751-1423

GREP
Programação para o 2º Semestre
Seminários Formações do Inconsciente; Seminários de Psicopatologia Clínica - O Real, o Simbólico e o Imaginário; Introdução à Teoria Psicanalítica - Metapsicologia; Seminários Clínicos - Teoria, Técnica, Clínica Escritos de Freud sobre a Cultura; Seminários de Acompanhamento, Cursos Complementares: Seminário de Psicopatologia Psicanalítica; Romances Familiares; Complexos, Mitos e Fantásias; e Conceitos Fundamentais de Psicanálise.
Início: agosto de 99
Local: R. Rio Grande do Norte, 1164/conj.701 - Savassi
Informações: (31) 262-1604 ou 241-4612

Curso de Especialização - FUMEC Fundamentos da Clínica Psicanalítica
Data: início do curso 01 de outubro
Inscrições de 15 de agosto a 15 de setembro
Local: FUMEC
Informações: (31) 281-4044

Website CRP-04 : www.crp04.org.br
(a partir de 27 de agosto)



Estratégias de segregação na infância e adolescência

Problemas e impasses do encaminhamento para tratamento em saúde mental¹

JACQUES AKERMAN

Este estudo discutiu as estratégias de segregação da condição de sujeito da criança e do adolescente, operadas por serviços médicos, por escolas e por Conselhos Tutelares, a partir do encaminhamento para atendimento em instituições de saúde mental. Realizou-se análise minuciosa dos encaminhamentos escritos desses setores sociais para a saúde mental em que se podem identificar, a partir da noção de discurso em Foucault e elegendo algumas categorias da Análise do Discurso, as regularidades discursivas que configuraram os textos como práticas de segregação através da demanda de normatização psicológica de um comportamento desregulado.

Essa lógica traz conseqüências ideológicas de massificação, homogeneização e, finalmente, de segregação da singularidade, representada por um comportamento que, não reconhecido na sua estrutura de metáfora, deve sofrer uma intervenção *psi* para que retorne ao "curso natural da normalidade".

A análise

Procedeu-se, em primeiro lugar, à análise dos encaminhamentos médicos de crianças e adolescentes para a Saúde Mental, em que se buscou localizar a dimensão de segregação operada por esse discurso a partir da ordem normativa imprimida pela ciência, que permite à medicina ocupar o lugar de decisão última sobre o que deve e o que não deve sofrer medidas de correção.

O alcance dessa posição do médico é desmedido. A análise dos dados pode demonstrar que o nível de homogeneização e generalização que esse discurso propõe anula todo e qualquer indicio de que ali, no "paciente", encontra-se uma história. O fruto do limite do discurso médico, o encaminhamento para o serviço de saúde mental, muitas vezes tem uma conotação de destino, uma vez que insiste e pretende tamponar esse furo com a nomeação que inscreve no encaminhamento. Uma palavra, mesmo que não seja a última, advinda do médico, o detentor da verdade primeira da Ciência, remete o paciente a um emblema identificatório de onde poderá se recolher.

Em segundo lugar, a análise dos encaminhamentos dos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente permitiu evidenciar as referências normativas ideais desse setor, a partir da associação que produz entre o discurso jurídico-comunitário e o comportamento fora da ordem tomado como distúrbio psicopatológico. Além disso, pode-se observar que os Conselhos Tutelares pautam sua ação sobre a identificação de estruturas familiares "desajustadas" que comprometem, como um nexos causal, o desenvolvimento psíquico da sua prole.

Submetidos a essa ordem contemporânea da Ciência que esvazia o lugar de importância da ordenação da subjetividade imposta pela *imago* paterna, os Conselhos chamam para si a missão de encarnar uma suplência a isso que falhou na família. Aí onde é capaz de reconhecer uma particularidade, pois identifica o sujeito marcado pela função paterna, apresenta-se seu limite de ação, já que acredita poder restituir o pai, através, somente, da figura de autoridade.

Quando uma criança ou adolescente, através do seu comportamento irregular, denunciam o furo do ideal social, o Conselho Tutelar entra em cena e aplica medidas de proteção que visariam restabelecer uma ordem ameaçada. O que dá sustentação para essa lógica interpretativa são os pressupostos fornecidos pela medicina moral higienista e pela psicologia "científica" que definirão os parâmetros desse desenvolvimento. Portanto, o comportamento desregulado denuncia o poder segregador desses discursos, uma vez que demarcam as fronteiras entre o "dentro" e o "fora".

Seguindo a mesma linha de análise, ficou identificado que o caráter segregador da escola, o terceiro setor analisado, parte de uma ordenação moral que se encontra nas origens da escola moderna e se consolida pela sustentação científica que a medicina e a psicologia lhe oferecem. Trata-se do setor social que dispõe dos parâmetros mais bem estabelecidos para a definição do aspecto da normalidade e que se ocupa do enquadramento objetivo e subjetivo de o que deve ser uma criança e um adolescente.

A escola dispõe, na sua verdade, de um ideal cristalizado na relação idade-capacidade-comportamento, ou seja, para uma idade determinada, espera-se a aquisição de determinadas habilidades instrumentais dentro de um comportamento moralmente correto. O que provoca mancha nesse ideal, pode-se dizer, o que causa sintoma nessa imagem narcísica que a escola constitui produz o mote necessário que permite a segregação. À formulação de Jacques Lacan² em "Duas notas sobre a criança", de que o sintoma da criança pode representar a verdade do par parental, ou configurar o lugar particular de objeto na fantasia da mãe, seria possível colocar a hipótese de que o sintoma escolar também poderia ser entendido a partir da extensão dessa lógica? Principalmente quando o sintoma não é reconhecido pelos pais, estaria a criança portando uma verdade do social, representada pelo sintoma escolar, que se refere a esse ideal narcísico proposto pela escola?

Algumas conseqüências para a clínica da saúde mental.

O atributo "contemporâneo" aplicado ao problema central desse estudo interroga a clínica da Saúde Mental, uma vez que, o que vem sendo nomeado pela psicanálise como "as novas formas

do sintoma", como o que irrompe como resposta ao mal-estar, constitui uma dimensão de essência dessa demanda que é enviada à Saúde Mental. Hugo Freda irá colocar essas formas sintomáticas não como sintomas no sentido clássico, mas sim como a irrupção de um "fazer" que teria, como função mais importante, restituir a figura do pai.³ O contexto contemporâneo de declínio da *imago* paterna propiciada pela invasão da ciência em todos os interstícios sociais marcaria a intensidade desse "fazer" contemporâneo.

Se esses sintomas se apresentam como novidade, na medida em que se generalizam como respostas dos sujeitos frente à inconsistência das referências simbólicas à sua disposição, a clínica deve acompanhar essa transformação. Isso implicaria em tomar essas nomeações para além de uma demanda que solicita o disciplinamento de crianças e adolescentes.

No processo de estruturação da Saúde Mental no Brasil, incorporou-se toda a crítica do papel repressivo e disciplinador da psiquiatria e colocou-se do lado das lutas emancipadoras, configurando, para si, uma identidade libertadora. Há, portanto, na Saúde Mental, todo o cuidado para que ela não seja cúmplice da demanda de disciplinamento, para que não aceite sujeitos que não possam formular uma demanda própria de tratamento. A dimensão de luta contra o manicômio na sua acepção mais abrangente não deve se reduzir a uma triagem ideológica da demanda. No campo da Saúde Mental, na prática com crianças e adolescentes, a militância ganha contornos mais sutis e deve se orientar pela evidenciação das designações sociais propiciadoras de segregação do sujeito, ou seja, esse elemento, que insiste em reafirmar sua existência através das formas sintomáticas que constrói, constitui-se como um mais além da palavra social portadora de uma boa vontade supostamente voltada para o bem-estar.

A prática clínica e política da Saúde Mental deverão, então, considerar o "fazer" sintomático da criança e do adolescente, o comportamento que denuncia o furo dos ideais, como uma dimensão de palavra, que faça falar um discurso, que possa mediar a estratégia segregadora das singularidades, proposta pela normatividade social.

Jacques Akerman é psicólogo e psicanalista, especialista em Saúde Mental e Psiquiatria Social, mestre em psicologia Social UFMG.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da UFMG em dezembro de 1998.
- 2 - LACAN, Jacques. Duas notas sobre a criança. In: *Ornicar*, Paris: Revue du Champ Freudien, n. 37, p. 13-14, avril-juin 1986. Traduzido por Ana Lydia Santiago.
- 3 - FREDA, Hugo. O adolescente freudiano. In: ALBERTI, Sônia. *Adolescência*. Rio de Janeiro: Kalimeros/EBP-R.J. 1996.



Câmara de Avaliação Psicológica

A CAP - Câmara de Avaliação Psicológica já está funcionando a todo vapor. Formada para promover estudos e discussões sobre o exercício profissional e a avaliação psicológica, visando à produção de normatizações, manuais técnicos e artigos informativos e esclarecedores dirigidos aos psicólogos, outros profissionais e agentes públicos. Vem organizando reuniões e pesquisas, com grupos de psicólogos colaboradores sobre vários temas que representam as dificuldades que o psicólogo encontra ao lidar com esse aspecto da nossa prática profissional. Atualmente temos cinco grupos de trabalho: a) "Normas técnicas, planejamento da avaliação, teste psicológico, revalidação e uso de informática." b) "Ética e legalidade na avaliação" e "laudo, pareceres, perícias e devolução." c) Organização do site e banco de dados sobre avaliação." d) "Aspectos jurídicos." e) "Formação." Participam desta Câmara os seguintes psicólogos convidados:

PARTICIPANTES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - Alcione Mesquita; Álvaro José Lelé; Alexander Nilson Chagas; Alzira Schueller; Ana Cristina Ávila; Ana Paula Carvalho; Beatriz Myssior; Carla C. Vieira; Catarina Angélica Silva; Cíntia A. Amaral Mairink; Cláudia Imaculada Oliveira; Cláudia Maria de Araújo; Cristiane Goretti Chaves; Cristiane Leolina Lara Silva; Edith Eto; Elizabeth Nascimento; Eugênia M. Peixoto Lofd; Fátima Solange Pacheco; Giane Cristina Silva Ferrari; Jader dos Reis Sampaio; Jeaninne Maria Dias de Lima Perez; Joelma Sousa Cândido; José Aparecido S. Reis; Judith Dangelis; Júlio Flávio de F. Fernandes; Júnia Maria Campos Lara; Luciana Moreira Marcos; Luciana Oliveira Bráulio; Mafalda Moreira; Marcelo Augusto Rezende; Marco Aurélio Pinheiro; Maria Auxiliadora Bolognani; Maria Carmen De C. Patrocínio; Maria de Fátima M. Ribas; Mariângela de Paula M. Leão; Marília G.F. Almeida; Marco Aurélio; Nello De M. Rangel Neto; Paula Viana Vaz; Raquel A. Nogueira A. Soares; Rejane Maria Gontijo; Rogéria Freira Figueiredo; Rubens Hermógenes Ferreira; Sandra Andrade de Castro; Sebastião M. Raydan; Selma A Oliveira; Sérgio Dias Cirino; Soraia Dojas Melo S. Carellos; Suelem de Carvalho Parreiras; Sylvio Ferreira; Tânia Chacien Delati; Tânia Márcia Chacon; Tânia Maria O. Alves; Tânia Mary Fonseca; Valéria M. Tolentino; Vanja de Castro Juste; Waldete da Conceição Silva.

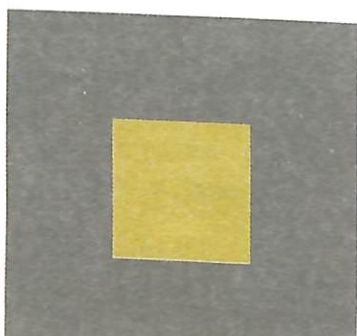
Psicologia e Diversidade

A atual gestão do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região está comemorando o sucesso das Quartas no Conselho, que, desde sua primeira sessão, já recebeu 1100 participantes. Dentro da nova política de divulgação de trabalhos e eventos, a programação traz uma diversidade cultural que vai além do campo da Psicologia, perpassando outros saberes, como a Filosofia, a Educação e a Música. As Quartas no Conselho reúnem apresentações teatrais e musicais, lançamentos de livros, exposições de artes plásticas, debates, palestras, noite de contos, apresentação de teses, entre outros. Todos os eventos têm sido gravados e as fitas estão disponíveis na sede do Conselho. Os interessados na divulgação de seu trabalho podem procurar a Assessoria de Comunicação.

Erramos

O Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, visando facilitar os pagamentos das dívidas de seus inscritos, diluiu a cobrança de 99 com as demais, possibilitando aos inadimplentes um pagamento parcelado. O atraso da dívida de 99 mais as inadimplências poderão ser pagas em mais de três vezes.

O CRP-04 esclarece, ainda, que foi detectado um erro no sistema para os pagamentos feitos nos dias 18 e 28 de janeiro de 99. A cobrança foi compartilhada com o Conselho Federal, que emitiu as boletas, e por erro no sistema bancário não foi dada baixa para os pagamentos feitos nesses dois dias. O CRP-04 já está solicitando uma solução junto ao CFP e pede desculpas aos que sofreram o constrangimento de receber a carta de cobrança.



LIVROS

- **Psicossomática entre o Bem e o Mal** - Reflexões sobre a identidade, Carlos R. Briganti / Summus Editora, São Paulo, junho 1999.
- **Essa Coisa Chamada Sexo** - Como estimular o amor, a intimidade e a sensualidade em sua vida, de Ian Oshlack / Editora Ágora, São Paulo, junho 1999.
- **Energia Vital pela Bioenergética Suave** - Eva Reich e Eszter Zornànsky / Summus Editora, São Paulo, junho 1999.
- **Vencendo o Tempo - Viver Bem após os 60** - Eda LeShan / Ágora Editora, São Paulo, julho de 1999.
- **Perspectivas Multidisciplinares e Educação Especial** - Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Eliza Dieko Tanaka, Nerli Nonato Ribeiro Mori e Elsa Midori Shimazaki / Paraná, Editora da Universidade Estadual de Londrina, julho 1999.
- **A Revista de Psicologia Catharis** está comemorando o 5º ano de publicações, com o sorteio de 130 livros entre os assinantes. Acesse o site na internet: www.revistapsicologia.com.br

CLASSIFICADOS

Divido horários em consultório localizado à rua Ceará, 195. Os interessados deverão entrar em contato com Ângela Patrícia, pelo telefone: (31) 241-2951 ou 91126188.

Subloco salas com toda a infra-estrutura, inclusive secretária, em clínica de psicologia. Endereço: Rua Ouro Fino, 395/ 102 - Cruzeiro. Tratar com Tânia Nogueira, pelo telefone: (31) 221-9420.

Divido ou subloco consultório na região da Savassi. Endereço: Rua Paraíba, 1352/1004. Tratar com Marcelo ou Janusa, pelo telefone (31) 281-9207

Subloco/divido consultório montado para atendimento psicanalítico, com divã, para atendimento de crianças e adolescentes. Sala ampla, para atendimento de casal, família ou grupo de até 8 pessoas. Endereço: Av. Amazonas, 115/1008 - Centro. Tratar com Katya, pelos telefones: (31) 237-7494 e 422-7075.

Divide-se consultório na Rua Timbiras, 1940 sala 1515, Lourdes. Tratar com Cássia Rita Costa, pelos telefones (31) 486-6028 (manhã) e 383-1538.

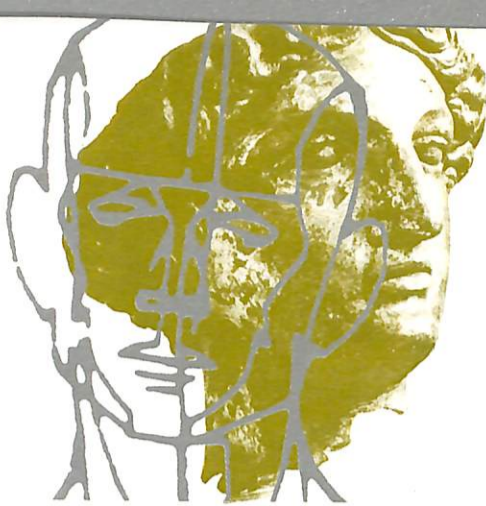
Consultório de Psicologia montado na Savassi, está sendo sublocado nos horários de 8:00 às 12:00h, de segunda a sexta-feira. Entrar em contato com Maria Aparecida, pelo telefone (31) 261-3172.

Sublocam-se horários e consultório de psicologia na região central de Belo Horizonte. Tratar com Ângela, pelo telefone (031) 461-0860 ou com Regina, pelo telefone (31) 463-6061.

Subloco horário em consultório de psicologia, localizado na área hospitalar, Av. dos Andradas, 2287/1303, Santa Efigênia. Tratar com Alexandre, pelo telefone (31) 241-6900.

SPU - Serviços Psicológicos de Urgência - Nosso trabalho é preservar a saúde psíquica, tendo como alvo a qualidade de vida e o bem estar na prevenção e no tratamento das doenças clínicas, introduzindo uma escuta específica e diferenciada ao atendimento hospitalar. Telefones: (31) 9982-7313 e 9972-6180. E-mail: plantpsi@net.em.com.br

Subloca-se consultório de Psicologia. Endereço: rua Timbiras, 1940, sala 1802, Lourdes. Tratar pelo telefone (31) 201-5652.



A duas vozes: Transmissão Freudiana*

GERALDO MAJELA MARTINS

Psicanálise e Universidade é um tema que, com uma certa insistência, tem sido objeto de nossas investigações e discussões, tanto durante o ensino da teoria psicanalítica no curso de Psicologia do Unicentro Newton Paiva, nos dois últimos períodos do curso de formação de psicólogo, como também, em alguns textos escritos.

Em nossa opinião, uma das tarefas da Universidade frente à descoberta freudiana é a de demonstrar o objeto de conhecimento da psicanálise, sua construção teórica, bem como sua recepção e efeitos no meio acadêmico e na civilização contemporânea. Nosso trabalho a partir da teoria psicanalítica é o de possibilitar o acesso aos princípios que fundamentam as atividades psíquicas e, ao mesmo tempo, apontar a ingovernabilidade do inconsciente, abrindo, eventualmente, caminhos em direção a uma formação específica, a do psicanalista, que requer outros meios.

Já foi objeto de nosso estudo, em *Freud: Leitor em Errância* (1998), a diferenciação entre o ensino da teoria psicanalítica e a transmissão do inconsciente. Desde Freud, há uma preocupação em demarcar que o saber do inconsciente é construído a partir da *associação livre* e sob o efeito da dinâmica da transferência. Já o ensino da teoria psicanalítica faz com que Freud estabeleça uma dupla distinção em relação à apropriação desta teoria: aprender qualquer coisa *sobre* a psicanálise ou aprender qualquer coisa *oriunda* da psicanálise.

Nossa dificuldade, que parece ser a mesma de Freud, não se trata de como ensinar ou como aprender algo sobre a teoria psicanalítica, mas, sim, de como ensinar e aprender algo que venha da psicanálise, como se apropriar, na academia, da experiência de uma análise: a repetição, o recalque e a associação livre.

Nossa pergunta, no momento, gira em torno do que é a transmissão freudiana e qual a relação que podemos estabelecer entre ela e a maneira de ensinar estabelecida por Freud nas suas *Novas Conferências Introdutórias* (1933).

Dois momentos precisos na obra de Freud nos levam a refletir sobre a transmissão. O primeiro é aquele em que Freud, escritor das *Novas Conferências Introdutórias*, visa – com seu ensino-conferência – um público que não existe e frente ao qual ele não se pronunciará. O que importa ressaltar, aqui, é que as conferências, embora escritas, têm a marca de um texto falado. O modo escolhido por Freud (1933) para conseguir seu empreendimento é uma conferência para um auditório, e o escrito, portanto, deve ser pronunciado, e não lido: “Estas novas conferências, diferentemente das anteriores, nunca foram proferidas (...). Se, portanto, mais uma vez tomo o meu lugar na sala de conferências, durante os comentários que se seguem, é somente por um artifício de imaginação, e isto pode ajudar-me a não me esquecer de levar em conta o leitor, à medida que me aprofundar mais em meu tema” (p.15).

Verificamos a existência de um público presente apenas no pensamento de Freud, ausente na realidade concreta. Esse público escolhido para as *Novas Conferências* não são os psicanalistas, e, sim, uma multidão de pessoas instruídas, a quem a palavra escrita é dirigida. A palavra escrita é libertada do seu sentido de escrita, na medida em que o texto – fala escrita – é escutado durante a leitura.

Colho aqui um primeiro ensinamento de Freud: aquele que nos indica ter a transmissão freudiana o estatuto de um texto falado. Quando Freud tem a intenção de ensinar *sobre* a psicanálise, ele o faz como quem fala, mesmo que se utilize da escrita em forma de conferência: ele preserva a fala. É uma fala escrita.

O método freudiano de ensinar assemelha-se ao texto oral, que, em certo sentido, equivale à operação de uma análise, ou seja, a da associação livre.

O segundo momento que recortamos do texto de Freud é aquele quando ele reprova o projeto de um filme realizado por Pabst, em 1925, – *Mystères d'une âme* – sob as indicações do psicanalista Hanns Sachs para a popularização da psicanálise. Numa carta a Karl Abraham, de 9 de junho de 1925, Freud dirá que sua principal objeção ao projeto é a de não lhe parecer possível fazer uma apresentação plástica do inconsciente e do que se trata uma psicanálise. Ele teme que esta tentativa seja redutora e, ao mesmo tempo, lhe parece vão esperar das imagens, ou seja, do plano cinematográfico, a ilustração acerca do recalque,

da repetição, da resistência, da transferência, etc. O máximo que se pode ter é uma representação alegórica.

Uma primeira possível conclusão, a partir dos dois recortes do texto freudiano, é que, tanto a imagem, como o escrito, não poderiam suportar a dimensão inquietante, *unheimlich*, própria da experiência analítica. Esse parece ser o ensinamento de Freud. Como então apreender essa dimensão *unheimlich* que seria inerente à transmissão da psicanálise?

É, novamente, ao texto de Freud que recorremos para iniciar uma resposta. A condição da palavra e a maneira como ele se dirige e constrói os seus interlocutores fictícios no seu texto indicam-nos uma possível maneira de abordar a questão aqui formulada.

No *Futuro de uma Ilusão* (1927), o psicanalista afirma: “Uma investigação que progride como um monólogo, sem interrupção, não está inteiramente livre de perigos. Facilmente, fica-se tentado a pôr de lado pensamentos que nela ameaçam irromper, e, em troca, fica-se com uma **sensação de incerteza**” que, no final, se tenta manter submissa por uma decisão radical. Imaginarei, portanto, que tenho um opositor que acompanha meus argumentos com desconfiança e, aqui e ali, permitirei que interponha algumas observações” (p.33).

Contra essa sensação de incerteza que consumiria, pouco a pouco, essa exposição solitária, Freud se vê obrigado a recorrer a um procedimento defensivo, criando, assim, um adversário que viria a ser, também, um tanto inquietante ao autor. O interlocutor (adversário), dessa maneira, nada mais seria que parte dele mesmo, ou seja, uma imagem agressiva e ativa de si mesmo que se coloca a serviço do trabalho do seu pensamento.

Freud já havia utilizado essa mesma técnica em 1899, no seu texto *Lembrança Encobridora*, através do relato de uma lembrança infantil. Ele criara um narrador-analisando para a lembrança e, ao mesmo tempo, tornou-se o seu analista. A situação analítica, fictícia, é construída entre perguntas e respostas que, no decorrer da narrativa, criam novas interpretações. O leitor do texto escuta duas vozes, às vezes em concordância e às vezes em discordância, desvelando e criando novos sentidos para a lembrança encobridora. No dizer de Freud, trata-se de uma cena inocente, tecida por imagens, causada por uma palavra ou uma frase que permanecera inconsciente, devido a sua representação sexual.

Essa maneira de criar um interlocutor fictício para assumir o lugar de adversário e, também, para dialogar consigo mesmo aparece novamente no texto *A Questão da Análise Leiga* (1926), onde “uma pessoa imparcial”, outra vez ocupando o lugar fictício de interlocutor, de aluno, de *ignorante douto*, manifesta sua impaciência, incompreensão e desprezo diante da possibilidade da cura pela palavra.

Enquanto seu interlocutor despreza os poderes da cura pela palavra, o autor o convoca a fazer oposições ao seu método de cura. Ao mesmo tempo, quando o interlocutor faz as oposições, ele as faz falando e, conseqüentemente, dissipa seus males, suas descrenças na capacidade da palavra em curá-lo. Essa maneira em que um autor-narrador cria um opositor a sua própria palavra, fazendo, assim, nascer uma discussão entre eles, que tenha as marcas do discurso oral e da associação livre é o que, a princípio, designamos de *a transmissão freudiana*.

Freud, como vimos, recusa a imagem, o plano cinematográfico e também o texto escrito nos moldes de uma escrita, em favor do texto falado. Seria porque, tanto no plano da imagem, como no da escrita, há uma elisão do sujeito? Logo, a transmissão freudiana implicaria, de acordo

com Hirt (1995), um interlocutor – do mesmo modo que a interpretação de um sonho implicaria a associação do sonhador. Nesse sentido se poderia dizer que, ele não se tenta em aparecer *in absentia* ou *in effigie*, mas que ele seja inscrito corporalmente naquilo em que ele se enuncia, graça ao seu limite interno que lhe impõe seu opositor íntimo.

Nem o plano da imagem, nem a frase são suficientes para fazer, ver ou escutar uma seqüência metapsicológica. Isso só é possível quando se introduz a presença do interlocutor fictício, criado por Freud. A cena analítica suporia, no seu processo de transmissão, a inclusão da voz que faz oposição às afirmações do locutor. A transmissão freudiana seria uma transmissão *a duas vozes*.

Dessa forma, o objeto teórico, durante o ensino, torna-se um lugar de argumentos antagônicos.

Nada melhor, nesse momento, que lembrar, sob este ângulo, a transmissão do caso do *Homem dos Lobos* (1918). Freud mostra a validade da cena originária, na medida em que refuta, passo a passo, as objeções de Jung, que ele traz nele mesmo. É por uma situação instável dentro do discurso que a psicanálise submete a verdade à realidade física.

De maneira insistente, Freud lança mão do autor-ficção e do seu interlocutor-ficção para, numa emissão *a duas vozes*, abordar o inquietante, aquilo que designamos de experiência analítica.

O ensino da teoria psicanalítica na Universidade é, também, inquietante. Longe de ser prisioneiro de um texto, o professor pode deixar abrir seu pensamento com a medida de uma palavra falada que, uma vez dirigida aos seus alunos, produz a outra voz do texto. Os meios mais eficazes para o ensino da teoria psicanalítica me parecem ser aqueles de Freud, ou seja, aqueles que partem da clínica, do estudo de caso, das formações do inconsciente, das neuroses infantis. Some-se a isso a experiência dos estágios clínicos e as interfaces que a Psicanálise faz com outras áreas de saber das ciências.

E o lugar da mestria? Com Lacan (1985), podemos dizer que só é ensino verdadeiro “aquele que consegue despertar uma insistência naqueles que escutam, este desejo de saber que só pode surgir quando eles próprios tomaram a medida da ignorância como tal – naquilo em que ela é, como tal, fecunda – e isto também vale para aquele que ensina” (p.260).

Se Freud, já em 1913, marcava os *interesses* da psicanálise, enumerando várias disciplinas, como a História, a Arqueologia, a Religião, entre outras, que julgava serem pertinentes para a formação do analista, durante esses anos em que ministramos teoria psicanalítica na Universidade fomos atravessados por diversas questões. Elas nos levaram a partir da própria teoria e das nossas análise pessoais, bem como do trabalho da supervisão clínica, a diferenciar o “ensinar” do “analisar”. Não se trata de diferenciar para excluir mas, simplesmente, para marcar possibilidades e impossibilidades, não nos esquecendo de que, como já foi abordado, há um método freudiano de ensinar e de grande *interesse* para a Universidade.

Freud, como vimos, também ensinava teoria psicanalítica. Nossa questão, tem sido a de como nos apropriarmos desse ensinamento, não para somente repeti-lo, o que sabemos ser impossível, mas para constituir um estilo ao ensinar. Outra questão que nos acompanha durante esses anos é a seguinte: como a psicanálise se insere no campo do saber e quais são as contribuições originais que se pode dela esperar?

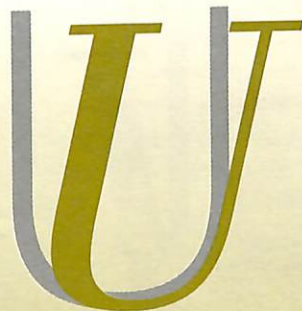
Parafrazeando Althusser (apud HIRT), nos seus *Écrits sur psychanalyse*, concluo que Freud não nos deu a teoria científica do inconsciente. Mas ele nos deu outra coisa: não somente uma descrição do material analítico recolhido no curso dos tratamentos, mas uma tentativa prodigiosamente emocionante de pensar os resultados de suas experiências.

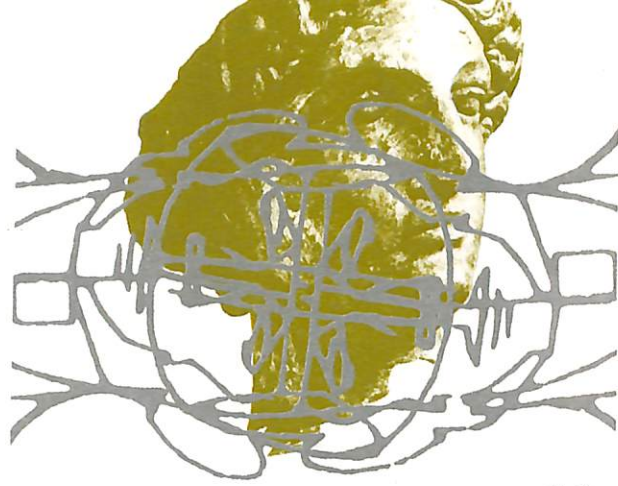
Geraldo Majela Martins é Psicólogo, Autor de *O Perfume das Acácias* Ed. Casa, Cambuquira. 1997. Professor do Unicentro Newton Paiva.

NOTAS

(*) - Texto apresentado na mesa-redonda e debate: *PSICANÁLISE E UNIVERSIDADE* no CRP 04 – 09.06.99.

(**) - Grifo nosso.





Loucura: harmonia e dissonância*

As manifestações atualmente conhecidas como loucura sempre estiveram presentes nas comunidades e grupamentos humanos, independente de sua latitude ou longitude. Os nomes ou as explicações dadas variaram desde *possessão demoníaca*, *distúrbios neurológicos*, até a concepção mais ou menos recente de *doença mental*. Contudo, se os rótulos dados mudaram no tempo, cabe perguntar se mudou o cuidado com os portadores da loucura ou doença mental, nos manicômios judiciários.

Tentando responder a essa pergunta, o Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região solicitou uma visita ao Manicômio Judiciário de Barbacena – que se denomina hoje Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz. Na bagagem, o livro do jornalista Hiram Firmino, *Nos porões da loucura*, publicado há mais ou menos 20 anos, e ainda dolorosamente atual. O livro, na época, fez coro com as idéias e ideais do psiquiatra italiano Franco Basaglia que visitou os hospitais psiquiátricos de Belo Horizonte e considerou o hospital Galba Velloso, uma *cadeia pública*; os médicos psiquiatras, *carrascos*; os seus diretores, *carcereiros*; o manicômio de Barbacena, *campo de concentração nazista*.

Esta matéria, resultado da visita ao manicômio de Barbacena, oferece alguns elementos para uma reconsideração crítica, não apenas dos possíveis avanços no cuidado com os pacientes – se ocorreram – como, mas também da atuação dos profissionais envolvidos (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, etc).

O Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região, tomando como ponto de partida as considerações anteriores, procurou profissionais da área e colheu as suas opiniões.

“O Raul Soares é um hospital aberto no sentido de que os pacientes têm livre trânsito. E não há discriminação no tratamento do louco infrator e do louco não infrator”, esta é a opinião de Elisa Alvarenga, psiquiatra do Hospital Raul Soares. Um aspecto contraditório a ser apontado, segundo Alvarenga, é que os pacientes estão cumprindo uma “medida de segurança”, portanto, não estão presos; mas, ao mesmo tempo, o hospital acaba por fazer o papel de uma casa de detenção. Essa distorção acaba incomodando a equipe de tratamento. Ocorre que, muitas vezes, pelo fato de esses pacientes não cumprirem pena, permanecem o resto de suas vidas confinados em uma instituição psiquiátrica onde, de tempos em tempos, são elaborados laudos periciais atestando se

houve ou não cessação de periculosidade. Como não é possível um laudo garantir atos futuros do paciente, o perito fará um laudo do estado atual da pessoa; dessa forma, cada vez que são submetidos aos exames, renova-se a estadia deles no hospital. Alvarenga questiona: O hospital psiquiátrico é o melhor lugar para esses pacientes? Cumprir pena é decisivo para que o paciente reconheça o crime que cometeu? “Acho que não, desde que cada caso seja analisado em suas peculiaridades intrínsecas e desde que muitos pacientes internados reconheçam esta responsabilidade após algum tempo, mesmo sem ter cumprido pena na prisão”, responde.

A psicanalista e psicóloga judicial, Fernanda Otoni de Barros, assim se expressa: “É necessária uma imediata revisão dos processos das pessoas que estão internadas em Manicômios Judiciários. Quando uma pessoa com transtornos mentais comete um crime, o processo judicial determina o estabelecimento de uma “medida de segurança”. A execução desta medida visa o tratamento desta pessoa e não pode ser confundida com uma execução penal. É inconcebível que devido a singularidade de sua estruturação psíquica, o paciente fique aprisionado perpetuamente, por negligência do sistema. É importante ressaltar, que nestes casos, profissionais de saúde mental são acionados pelo sistema jurídico deste o início do processo.

Numa primeira fase, estes profissionais são os responsáveis pela realização do laudo de sanidade mental que determina se o sujeito é inimputável ou não. Depende deste parecer técnico o estabelecimento da medida de segurança pelo sistema jurídico. Os portadores de transtornos mentais serão judicialmente considerados inimputáveis e portanto fora do alcance do direito penal. Eles não irão a julgamento, mas será estabelecido uma “medida de segurança” que conceitualmente definirá a forma e o local de tratamento para que esta pessoa considerada inimputável possa, após o tratamento, obter a sua reinserção social. Neste momento, o perito, especialista em saúde mental, poderá além de diagnosticar, indicar também a forma e o local para o cumprimento da medida. De acordo com o “grau de periculosidade”, o paciente a cumprirá em regime fechado ou em regime ambulatorial. Quem poderá indicar a forma de tratamento, quem pode dizer sobre o “grau de periculosidade”? Me parece ser esta uma atribuição da equipe de saúde mental que atua nestes casos.”

A medida de segurança é muito clara: Pode durar até três anos, quando deverá ser revista, mas a qualquer tempo pode ser modificada através do exame de cessação de periculosidade, que também é de responsabilidade dos profissionais de saúde mental.

Otoni, através de uma pesquisa sobre os casos criminais envolvendo portadores de transtornos mentais, realizada no Tribunal de Justiça, verificou que os laudos atêm-se apenas ao diagnóstico perdendo sua necessária função de indicação da modulação da medida. A medida de segurança pode e deve ser definida pelos profissionais de saúde e seu acompanhamento em estabelecimento fechado ou ambulatorial também é da sua responsabilidade. Quando tais profissionais não assumem a função precípua de tratamento, acabam por delegar ao judiciário atribuições para as quais não está preparado. “Não é função do psicólogo apenas realizar testagens. A equipe de saúde mental deveria informar ao judiciário a evolução do tratamento e propor modulações na medida a partir da direção do mesmo. Por exemplo: Se no início da medida é indicado sua realização em regime fechado, com a evolução do tratamento poderíamos pensar num trabalho em regime ambulatorial, nos Cersans, etc... Os princípios da luta antimanicomial deveriam atravessar os muros dos manicômios judiciários... esta poderia ser uma luta importante da psicologia em torno dos direitos humanos destes pacientes.”, afirma Otoni.

Concordando com Alvarenga, Otoni diz que existe um mito em relação ao tratamento do louco infrator que julga ser necessário a diferenciação do tratamento oferecido ao louco não infrator.

Mas ainda há quem acredite que deva haver um tratamento diferenciado – como o secretário da Justiça Luiz Tadeu Leite –, que trata a medida de segurança como uma pena. Segundo ele, o Manicômio Judiciário é uma penitenciária para o cumprimento de uma pena, de um cidadão portador de doença mental.

É interessante observar que, para o secretário, o tratamento de doentes mentais é de responsabilidade da Secretaria de Saúde. Ele resalta a ausência e a necessidade de mais profissionais atuando no Manicômio.

Harmonia

O primeiro passo foi um contato, feito por telefone, a fim de marcar a data da visita ao Manicômio. Houve grande receptividade e disponibilidade. Agendei a visita para o dia seguinte. A princípio, conversaria com uma psicóloga, com o diretor do hospital e alguns membros da equipe de tratamento.

Chegando, a primeira impressão foi de surpresa. O Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz é um prédio antigo – construído em 1927 –, estilo império, com uma grande fachada e escadarias na entrada principal. No topo da escada, nas

laterais, erguem-se duas estátuas, de um leão e de uma leoa, esculpidas em mármore Carrara.

No salão de entrada, fixado numa porta de vidro, pode-se ver um cartaz: "Não se julga um homem pelas roupas que veste ou pela riqueza que possui, mas sim pelo seu caráter e pelo bem que pratica à humanidade." Daí, um extenso corredor, preservando a arquitetura da época, separa, de um lado, os setores administrativos e assistenciais; do outro, a entrada para o pavilhão dos internos masculinos. O pavilhão feminino situa-se fora do prédio e está em reforma.

Segundo a psicóloga, a estrutura funcional compõe-se da seguinte forma: 5 advogados penais, 1 médico neurologista, 5 médicos psiquiatras peritos, 2 médicos clínicos psiquiatras, 1 médico clínico geral, 1 médico ginecologista, 4 psicólogos, 1 dentista, 1 supervisor de enfermagem, 4 auxiliares de enfermagem, 1 assistente social e um padre.

O tratamento psicológico consiste em acompanhamento dos internos que se dá de acordo com a demanda e necessidade de cada paciente, dependendo do seu caso clínico e da disponibilidade dos psicólogos. Mas a prioridade é a atuação junto à perícia na realização dos laudos. Quanto ao tratamento psiquiátrico, infelizmente, quando cheguei o psiquiatra estava deixando a instituição para cumprir outro compromisso. Além disso, a psicóloga, embora tenha admitido que o hospital passa por dificuldades e limitações, não sentia que era o momento para falar sobre essas questões. Infelizmente, o diretor do hospital não estava presente para participar da entrevista porque estava se sentindo mal.

Iniciamos a visita pela ala masculina onde estão internados, atualmente, 149 pacientes. Naquele momento fomos avisadas por um dos guardas de que havia alguns pacientes nus e que deveríamos aguardar. A psicóloga não demonstrou nenhum constrangimento, "já que homens nus não são novidade". Dessa forma, seguimos em frente. A psicóloga disse que está acostumada – desde que trabalha no hospital, há 20 anos – com os pacientes e que não os considera perigosos. Costuma até andar pelos corredores sem companhia de seguranças. Ela foi explicando que o hospital está em reformas e, por isso, alguns dormitórios e isolamentos estavam desativados.

Quando indaguei sobre o laudo pericial favorável ao paciente e se era raro o paciente receber alta, respondeu que não. Alguns permanecem internados porque desfazem os laços familiares e não têm para onde ir. Por essa razão, ficam internados por 10, 15 anos ou mais.

Chegando ao pavilhão feminino, atualmente com 27 pacientes internadas, fui apresentada à supervisora do departamento feminino. Ela nos acompanhou explicando que o prédio estava em reformas e comentou que as mulheres eram mais agitadas que os homens e que, naqueles dias, andavam brigando um pouco mais devido à falta de medicação. Observei que a maior parte delas



era obesa: a psicóloga explicou que a obesidade deve-se ao aumento de apetite causado pela medicação, mas que, de acordo com a recomendação do ginecologista, todas já estavam fazendo caminhadas.

A psicóloga relatou que, frequentemente, são realizadas festas comemorativas como carnaval, festa junina, Natal e aniversários, com a finalidade de manter a integração dos pacientes com a comunidade de origem.

Dissonância

Depois do contato telefônico aparentemente receptivo e disponível, chego, no dia seguinte, a Barbacena. No caminho para o Manicômio Judiciário, a curiosidade do taxista deu início a nossa conversa. Disse-lhe que vinha de Belo Horizonte e pretendia realizar uma reportagem sobre o Manicômio; perguntei-lhe se a instituição ficava afastada do centro da cidade. "Não, senhora. Lá só dá criminosos muito perigosos, mas fica aqui perto do centro mesmo".

Chegamos. Enquanto esperava pela primeira entrevistada, fui informada de que o diretor não estava em condições de ser entrevistado naquele dia. Sentiu-se mal e deixou o hospital mais cedo. A psicóloga, enfim, chegou e decidimos dar uma volta para conhecer as dependências antes de conversarmos. Tive a sensação de que o que eu ouvia não correspondia ao que eu via. Um portão gradeado em ferro fundido dá acesso ao corredor onde se encontram as celas com aproximadamente 20 a 30 internos em cada uma. Lembrei-me do livro de Hiram Firmino: *neuroses, psicoses e ausência de amor reunidas em dormitórios comuns*. Simplesmente colchões sobre camas de alvenaria construídas de maneira a ocupar quase todo o espaço da cela, permitindo ao interno somente ziguezaguear entre elas. Pequenas janelas gradeadas são o único acesso do olhar dos pacientes para o inóspito corredor. Com olhares assustados, sorriem, fazem caretas, gestos e mímicas. Andam pra lá e pra cá, falando coisas sem sentido. A maioria deles, ávida de contato, queria simplesmente dizer e ouvir alguma coisa. Até aquele momento, não havia visto nenhum médico, nenhuma enfermeira, apenas os pacientes e seguranças uniformizados. Então, perguntei à psicóloga sobre a equipe médica e o tratamento. Ela respondeu que o acompanhamento psicológico era feito de acordo com a demanda e necessidade do paciente, dependendo

do caso clínico. Fiquei imaginando: como se expressa a demanda de um psicótico? Mais uma vez me lembrei de Hiram Firmino: *Faltam médicos, enfermeiras. Falta tudo. Falta coração, psicologia, espaço e clareza. Contato humano.*

Lembrei-me do comentário do taxista. Criminosos perigosos... seguranças, grades e isolamento... Por medida de segurança? Trancar é tratar?

Em seguida, fomos conhecer o pavilhão feminino. Quando chegamos, as pacientes estavam sentadas no chão. Um pátio sujo, muros altos e cinzentos. Novamente ninguém de branco, mas alguns seguranças. Algumas mulheres aparentemente drogadas acotovelavam-se pelos cantos, rostos tristes, acabrunhadas. Olhando para o céu, para as paredes, para a gente, para lugar nenhum. Observei que a maioria delas era obesa. Perguntei à psicóloga – o óbvio – se o excesso de peso não comprometeria a saúde daquelas mulheres. Respondeu que todas já seguiam a orientação do ginecologista e faziam caminhadas diariamente no pátio. Lembrei-me do pátio: muros cinzas, altíssimos, sujos, sem verde, sem sol e pequeno demais para comportar 27 mulheres caminhando... Pensei se não seria perpétuo o tempo necessário para queimar tais excessos.

Então fui apresentada à chefe disciplinar da ala feminina – que a psicóloga achou melhor denominar supervisora do departamento feminino, pois, segundo ela própria, o outro termo é facilmente associado ao cárcere.

Voltando à primeira sala para a entrevista, a psicóloga achou melhor não usarmos o gravador. Segundo ela, ficaria inibida. Perguntei, então, se era raro um parecer favorável ao paciente e se existia algum receio por parte dos profissionais em fornecer um laudo para a sua liberação, considerando que muitos deles já estão internados há mais de 10 anos. A psicóloga respondeu que não. Fiquei pensando se o Manicômio não acaba por estabelecer a equivalência entre punir e tratar, já que transforma as "medidas de segurança" em detenções muito mais longas do que as penas que corresponderiam aos seus delitos.

Considereei especialmente sugestivo o comentário mais ou menos incisivo da psicóloga quando, *en passant*, disse que se irritava quando pessoas iam conhecer a instituição por uma tarde e saíam tecendo críticas sem fundamento ou conhecimento dos problemas. Entendi.

Concordo com meu colega Firmino. Algumas vezes o jornalismo extrapola sua função diária de testemunho da história para alcançar sua expressão máxima, através da denúncia contra as arbitrariedades sofridas pelo ser humano.

Colaborou com esta matéria a psicóloga do HGV Elenice Paiva.

(*) - Esta matéria, resultante de uma visita do CRP-04 ao Manicômio Judiciário de Barbacena, procura tecer comentários e críticas ao tratamento dado aos chamados doentes mentais. Após uma breve introdução e apresentação de opiniões de especialistas, oferece uma visão dupla do que foi encontrado na instituição: uma, institucionalmente correta (Harmonia) e outra de ordem subjetiva (Dissonância).



Do sonho ao Projeto de Vida

SUZY FLEURY

Tornar a preparação emocional respeitada e reconhecida cientificamente no ambiente esportivo como um todo e, particularmente, no futebol como objetivo de dar minha contribuição efetiva para que a seleção brasileira continue a ser uma das melhores do mundo. Esse é um dos sonhos que tenho na vida e, talvez por ser o mais apaixonante, acabou se tornando um projeto de vida pessoal e profissional.

Para transformar esse sonho em realidade, como psicóloga e professora de pós-graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing, venho me dedicando, desde 1990, ao estudo e à pesquisa das mais recentes teorias e descobertas do comportamento humano e sua aplicação nos esportes com o objetivo de conseguir resultados cada vez mais significativos. A receptividade desse trabalho no Brasil e exterior tem sido bastante positiva, até porque o futebol de alta performance já se define, mundialmente, como *business*, e alguns clubes brasileiros buscam o modelo empresarial, isto é, um modelo de resultados.

Nessa trajetória, que já dura quase uma década, aprofundi meu conhecimento teórico e científico, enquanto, em paralelo, buscava experiências práticas junto a equipes excelentes em diversas modalidades esportivas. O trabalho já desenvolvido junto às equipes tem demonstrado que o caminho é este: além do treinamento físico, é possível desenvolver a mente de um atleta e o espírito de uma equipe para que aumentem as chances de ela se tornar campeã.

Na área da psicologia, fundamentando meu trabalho no aspecto científico, pesquisei o que há de mais moderno e eficaz relacionado ao comportamento humano de resultados e encontrei importantes teorias como: Teoria da inteligência emocional, Teoria psiconeuroimunológica (PNI), Teoria psiconeuromuscular (PNM) e Teoria simbólica do aprendizado. Apresento, resumidamente, alguns pontos fundamentais das teorias científicas que têm norteado meu trabalho.

Teoria da Inteligência Emocional

Inteligência emocional é uma teoria revolucionária que amplia o conceito de inteligência, ao concluir que as nossas emoções desempenham um papel muito mais importante do que se acreditava anteriormente no sucesso individual e, como conseqüência, na vitória coletiva. Isso quer dizer que a performance de um atleta também depende muito de seu equilíbrio emocional e que, em esportes coletivos, a vitória está diretamente relacionada ao esforço individual e de toda a equipe.

Compreender a teoria da inteligência emocional irá facilitar nossa percepção das características de atletas excepcionais como Pelé, Garrincha, Maradona e, mais recentemente, Ronaldinho, Roberto Carlos, Romário e Edmundo. A partir daí, o mais importante passa a ser preparar atletas e equipes de futebol para, juntamente com a comissão técnica de seus clubes, utilizar as emoções em favor das conquistas e vitórias.

O conceito de inteligência emocional foi consagrado no livro de mesmo título escrito por Daniel Goleman, psicólogo Ph.D da Universidade Harvard (EUA) e, desde a década de 80, articulista do jornal *The New York Times*. Goleman credita a expressão "inteligência emocional" ao doutor Peter Salovey, da Universidade Yale, mas foi a partir da repercussão de seu livro, em 1995, e do movimento de estudos do cérebro humano que caracteriza a década de 90 que o tema alcançou dimensão muito mais expressiva, sendo essas pesquisas reconhecidas por Harvard, uma das mais importantes universidades do mundo.

Na abertura da teleconferência "Inteligência Emocional no Local de Trabalho", transmitida simul-

taneamente em junho de 1997 para o Brasil e os Estados Unidos, Goleman referiu-se ao nosso encontro fazendo a seguinte observação: "Fiquei muito impressionado quando meu livro saiu no Brasil e, alguns meses depois, recebi a visita de uma psicóloga de equipes de futebol aqui na Nova Inglaterra e ela me disse: 'Viajei até aqui para visitá-lo porque estou convencida de que o ganhador da próxima Copa do Mundo, em 1998, será a equipe que estiver mais bem preparada no aspecto emocional'. O argumento dela era que, diante do alto nível de desempenho dos times, o diferencial competitivo poderia estar no gerenciamento das forças emocionais, ou seja, na forma como os atletas lidam com raiva, motivação, dedicação, fé, disciplina, superação de limites, e frustrações."

Baseada na idéia de alfabetização emocional, ou seja, de que toda pessoa é capaz de aprender a lidar de forma competente com suas emoções, essa teoria refere-se à mente emocional como uma estrutura, a sede das "habilidades do coração", e reconhecê-la é a melhor maneira de prever o sucesso dessa pessoa em qualquer área de atuação.

Segundo Goleman, a inteligência emocional é uma qualidade não mensurável nos testes de QI (quociente intelectual), formando um conjunto de habilidades como autoconsciência, administração das emoções, automotivação, empatia e a arte do relacionamento, que inclui a capacidade de trabalhar em equipe.

Teoria Psiconeuroimunológica (PNI)

A teoria psiconeuroimunológica é uma área recente da medicina que se dedica ao estudo da relação existente entre mente e corpo. De acordo com a PNI, mente e corpo estão intrinsecamente ligados, e tal interação exerce profunda influência sobre os estados de saúde e as doenças de nosso organismo. Isso significa que nossas atitudes, crenças e emoções podem desencadear reações que alteram a química do nosso corpo, influenciando a frequência cardíaca, o metabolismo como um todo e, conseqüentemente, a performance de um atleta.

O estresse, por exemplo, pode refletir-se em nosso sistema imunológico. No esporte, lesões causadas por estresse são, de certa forma, comuns, transformando-se em uma preocupação constante das equipes médicas de diferentes modalidades esportivas.

No futebol, por exemplo, toda partida é repleta de variáveis que podem causar forte pressão para as equipes, como é o caso das torcidas presentes nos estádios. A capacidade de se adaptar a essas situações pode diminuir o desgaste tanto físico quanto emocional.

Da mesma forma, as situações de depressão também podem refletir-se diretamente na performance de um atleta. Tanto o estresse e a depressão quanto o bem-estar e a felicidade são estados psicológicos "percebidos" pelas células imunológicas, o que faz com que sua ação possa ser diminuída ou aumentada.

Alguns dos indícios mais fortes na área da PNI mostram que relacionamentos pessoais insatisfatórios e falta de apoio podem afetar adversamente o sistema imunológico. Além disso, do ponto de vista médico, já há bastante tempo existe a suspeita de que a raiva

reprimida cause doenças, aumentando os níveis dos hormônios do estresse, o que, ao longo do tempo, pode provocar diversos efeitos nocivos ao sistema cardiovascular.

Para a psiconeuroimunologia, portanto, o que acontece em nossas cabeças acarreta, inevitavelmente, conseqüências físicas. Sendo assim, todos aqueles que têm como objetivo elevar a performance podem assumir o gerenciamento dos fatores que geram o estresse, uma vez que o estresse, ao longo do tempo, pode provocar diversos efeitos nocivos ao sistema cardiovascular.

Para a psiconeuroimunologia, portanto, o que acontece em nossas cabeças acarreta, inevitavelmente, conseqüências físicas. Sendo assim, todos aqueles que têm como objetivo elevar a performance podem assumir o gerenciamento dos fatores que geram o estresse, aumentando o otimismo com a busca de um significado para a vida.

Teoria Psiconeuromuscular (PNM)

Diversos estudos científicos e pesquisas comprovam a influência existente entre os exercícios mentais e a performance de atletas. Os cientistas Debra Feltz e Dan Landers, ambos Ph.D, pesquisaram como e quando a prática mental melhor incrementa a performance de um atleta e encontram importantes explicações na teoria psiconeuromuscular e na teoria simbólica do aprendizado.

Segundo a PNM, os resultados da prática mental são percebidos mesmo quando ficamos quietos numa cadeira. Por exemplo, quando imaginamos participar de uma atividade física, produzimos pequenas contrações musculares, similares às geradas quando estamos vivendo essa experiência na realidade.

Essa importante descoberta demonstra a influência que o treinamento mental exerce na performance das pessoas, podendo ser usado para melhorar a concentração e o desempenho dos indivíduos, de atletas a astronautas. Para os esportistas, tal treinamento pode e deve ser praticado antes, durante e depois das competições como um recurso a mais no condicionamento para as vitórias.

Estudos demonstram que existe relação neurofisiológica direta entre a experiência artificial imaginada e o desempenho real. Quando uma pessoa imagina estar desempenhando determinada atividade, como chutar e fazer gol, pequenas quantidades de atividade neural podem ser medidas por todo o seu corpo. Em outras palavras, ao imaginar fortemente uma situação específica, podem-se criar marcas neurológicas que atuam como se o atleta estivesse vivendo realmente aquela experiência.

Obviamente, a prática corporal não pode ser substituída no esporte, porém podemos utilizar tais recursos como um componente extra na preparação de atletas. Essas técnicas podem contribuir até nos momentos em que os atletas se recuperam de uma contusão ou cirurgia.

Teoria Simbólica do Aprendizado

Meu trabalho na preparação de atletas e equipes esportivas também é norteado pela teoria simbólica do aprendizado, fortemente vinculada à PNM, que parte do seguinte princípio: "A imaginação pertence a um sistema de códigos que pode ajudar atletas a entender e aperfeiçoar seus movimentos. Isso significa que os movimentos realizados pelo atleta, influenciados diretamente pela mente, são compostos de uma seqüência de atividades que pode ser desmembrada, observada e aprimorada".

Suzy Fleury é psicóloga da Seleção Brasileira de Futebol Masculino, pós-graduada em Propaganda e Marketing, e Pesquisadora da Inteligência Emocional, autora do livro *Competência Emocional - O Caminho da Vitória para Equipes de Futebol*.



Adolescência e Irreverência

No auge da força e da beleza física, o futuro nos olhos e o ímpeto da esperança, a juventude é aquela fase única em que tudo parece possível. Já se disse que é a "bela idade do engano e das utopias", porque nela estão as maiores fontes de prazer e também os grandes precipícios.

Simultaneamente vulneráveis e extravasando energia, os adolescentes vivenciam uma considerável crise, que envolve alterações psíquicas, mudanças corporais e alteração dos papéis sociais. Parafraseando Foucault, eles são, temporariamente, "prisioneiros da passagem".

No entanto, nesse tempo intermediário entre a infância e a vida adulta, o sujeito é confrontado com uma série de obstáculos. Nesse momento, ele se separa dos objetos parentais e dá início à construção do parceiro sexual. Construção que não ocorre sem dificuldades, sofrimento e, muitas vezes, um certo tédio e apatia. Segundo a psicanalista Lilany Vieira Pacheco, uma das tarefas mais difíceis que o púbere tem que realizar para que possa se inscrever como sexuado é o desligamento da autoridade do pai. "O desligamento do Pai que a adolescência exige, não pode ser entendido como um 'fazer sem pai'. O desligamento do Pai põe em evidência a sua importância, já que sem Pai, não há desligamento", explica Pacheco.

Nas décadas de 60 e 70, o excesso de cuidado dos parentes somado ao desejo de liberdade dos adolescentes acabaram gerando brigas familiares, num fenômeno a tal ponto disseminado que mereceu a denominação universal de "conflito de gerações". A psicóloga e psicanalista Mary Cristina Thomaz Gomes lembra que muitos dos pais que vivenciaram esse "conflito" na condição de filhos estão na situação de ser os responsáveis por impor limites aos meninos e meninas atuais. E levanta a questão: "Como cobrar limites de seus filhos se eles próprios já questionaram esses valores?"

A se fiar nas estatísticas, nunca foi tão arriscado ser jovem como agora. Nunca uma geração esteve tão exposta a tantos fatores hostis, do desemprego ao banditismo; e para cada estatística catastrófica há um punhado de estudiosos tentando explicações. Mas entender o que se passa pela cabeça dos jovens nunca foi fácil. "A adolescência é o momento do sujeito encontrar palavras para nomear seus desejos. Como essas palavras faltam, aparecem as conseqüências – violência, droga, gravidez suicídio – formas do sujeito buscar uma inscrição", arrisca Pacheco. E continua: "primeiro, temos que pensar em não tratar esse fenômeno de forma generalizada. O psicanalista deve sempre buscar as respostas a partir da singularidade do caso a caso, pensando as questões próprias de cada sujeito". Pacheco sugere que sejam banidos os rótulos como violento, toxicômano, bandido, "aborrecente" frequentemente usados para defini-los, pois eles acabam por calar o sujeito ao invés de deixá-lo falar.

Sexo, drogas e rock'n'roll ainda são as questões cruciais. A maneira como elas se apresentam é que mudou muito. A essa tríade soma-se a violência, que faz parte do cotidiano dos jovens em um grau que não se podia imaginar há alguns anos. A rebeldia juvenil irrompeu nas barricadas de 1968, nas manifestações estudantis e nos piquetes de porta de fábrica, que sacudiram toda a Europa e Estados Unidos. Hoje, despida de ideologias, essa rebeldia pode ser mais perigosa.

Apsiquiatra Alitta Guimarães da Silva observa que uma característica da modernidade é o imediatismo, que tomou o espaço do planejamento: para que

estudar, se é possível ganhar dinheiro agora? O aumento da rebeldia e da violência é facilitado por um processo falho de socialização, associado ao declínio das funções familiares, a impunidade ou o cumprimento mediocre das punições.

Nesse contexto de violência, o psicólogo Milton dos Santos Bicalho destaca a carência da atuação do Estado e acredita que as possibilidades de experiências vividas pelo adolescente serão definidas pela sua condição sócioeconômica. Segundo Bicalho, as sucessivas crises de empobrecimento pelas quais o Brasil vem passando geram ausência de perspectivas e consequente violência. "No modelo neoliberal, o Estado se afasta de suas obrigações e a sociedade não cumpre sua função. Não existem espaços de convivência onde o jovem poderia falar e elaborar suas questões. O governo deveria criar políticas promocionais e não somente reparativas", diz Bicalho.

Citando a Escola Cínica da Antigüidade Grega, o psicanalista Jésus Santiago faz uma analogia entre o comportamento do mestre cínico e do adolescente contemporâneo, ressaltando que a Escola Cínica, no mundo Antigo tinha uma perspectiva pedagógica e de demonstração ética para a vida. O mestre cínico busca uma vida frugal sem os recursos da civilização. Está voltado para uma certa domesticação do corpo e recusa todos os excessos das formas de prazer. O comportamento irreverente dos adolescentes busca contestar o estabelecido, embora, muitas vezes, de forma enganosa; como quando apela para a droga, acreditando, equivocadamente, ter encontrado uma saída autônoma.

Mas o psicanalista ressalta que não considera que a maior parte dos adolescentes adote essa postura rebelde, e que muitos se socializam ou optam por formas "construtivas" de irreverência.

Santiago baseia-se no ensaísta nova-iorquino Douglas Rushkoff. A análise que esse autor empreende do movimento geral de virtualização, que afeta não apenas a informação e a comunicação, mas também as trocas econômicas, os quadros coletivos da sensibilidade e os corpos, desempenha um papel capital para o enfoque atual da condição adolescente.

Rushkoff acolhe as práticas televisivas dos jovens de hoje com tanta afeição e cumplicidade, que faz pensar se a melancolia do filósofo não passa de uma lamentação nostálgica de um mundo que se desfaz numa velocidade galopante.

De acordo com Santiago, a diversidade das redes digitais, ridiculamente temidas como lugar de indiscriminada perda e encontros perigosos, torna-se, de fato, o lugar virtual em que esses indivíduos exercem um esboço de reconstituição do laço social.

"O interesse da psicanálise pelas diversas expressões sintomáticas da condição moderna do adolescente vai além do simples recolhimento das novas insígnias imaginárias, dos novos signos e objetos que o Outro social dispõe e prescreve", finaliza o psicanalista.

Menor Infrator

O laboratório de Estudos do adolescente infrator surgiu a partir do interesse de profissionais das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social em discutir temas ligados à infância e adolescência frente a interface Psicanálise e Direito.

A assistente social e psicanalista Cristina Sandra Pinelli Nogueira conta que o Juizado da Infância e da Adolescência de Belo Horizonte tem tido a oportunidade de intervir nos casos através da elaboração de estudos e do acompanhamento de medidas sócio-educativas e protetivas.

Quando o adolescente comete um ato infracional é encaminhado à Delegacia onde é ouvido na fase de inquérito. Posteriormente é apresentado ao promotor que fará a representação, definindo o artigo do Código Penal que foi infringido. Posteriormente, esse adolescente será encaminhado ao juiz, que, ao receber a representação, dará início ao processo, definindo a data da audiência e o destino do adolescente, que poderá ficar preso ou ser entregue aos pais ou responsáveis. Seguem-se os procedimentos legais até a decisão final do juiz, a sentença.

A sentença do juiz é que irá definir a "medida de segurança", sanção que veio substituir a "pena", como era tratada pelo Código de Menores, introduzindo um caráter social e educativo às medidas. As chamadas medidas sócio educativas são advertência, reparação de danos, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação.

A psicóloga Mônica Drummond Guimarães explica que, quando o processo chega ao juiz, ele pode determinar a realização de um estudo, um parecer dos profissionais para subsidiar sua decisão. Esses subsídios podem ser fornecidos por escrito, mediante laudo, ou verbalmente na audiência. Dessa forma, o processo diagnóstico desenvolve-se concomitantemente ao processo judicial, deixando marcas na subjetividade através da intervenção da Lei. Segundo Nogueira, o laudo deve ser um momento, mais do que para oferecer um diagnóstico, mas para se apontar possibilidades – situando o adolescente, seu contexto, sua história.

O trabalho de acompanhamento inclui intervenções sociais e clínicas. Nogueira explica que as questões não podem ser reduzidas a um problema social, apesar de ser gravíssimo esse aspecto da miséria e da distribuição de rendas. "O desafio é de ordem social, política, conceitual, técnica e essencialmente ética. O cumprimento da medida pode ser a possibilidade de uma construção do percurso ao ato infracional, através da sua história. A interpretação da sentença busca a implicação do sujeito no seu ato, a responsabilização como o que pode advir da articulação do ato com a subjetividade. A ênfase nesse trabalho é na produção de efeitos que possibilitem ao adolescente outras saídas que não a violência", completa ela.

Terezinha Oliveira Rocha, psicóloga do Juizado da infância e da adolescência, constata, nesse final de século, uma crise do lugar do pai, e de sua função de nomeação. "O discurso desses sujeitos evidencia ausência de elementos para a construção do que foi, para cada um, seu pai. Essa questão vai desde o não registro do nome do pai, sua morte ou desaparecimento.

A intervenção do profissional busca interpelar o adolescente, a partir da "medida" para que ele elabore um projeto de vida, não somente reduzido à educação, proteção ou inserção, mas, também, um plano de vida alinhavado a partir de um desastre.





Práticas Emergentes

Tendo em vista a frequência de pedidos de orientação e denúncias que chegam ao CRP acerca da utilização das práticas emergentes aliadas às técnicas da psicologia, consideramos de fundamental importância elucidar alguns pontos referentes ao processo de normatização e os critérios para o reconhecimento de uma técnica como sendo do campo da psicologia.

No início dos anos 90, os Conselhos de Psicologia inauguram um movimento de divulgação, esclarecendo à população sobre práticas alheias ao campo da psicologia e que poderiam estar sendo confundidas com ela.

Em maio de 1994, o CRP 3ª Região, Bahia, emitiu no Diário Oficial da União uma resolução, baseado em pesquisa junto à comunidade científica, vetando ao psicólogo a publicidade de algumas práticas que estavam sendo vinculadas ao título de psicólogo ou ao exercício profissional da psicologia. Foram citadas como carentes de critérios aceitos para a produção e para a pesquisa, as seguintes práticas: Astrologia; Numerologia; Cristaloterapia; Terapia energética; Psicoterapia xamânica; Psicoterapia esotérica; Terapia de transmutação energética; Terapia regressiva de vidas passadas; Psicoterapia espiritual; Terapia dos chacras; Terapia dos mantras; Terapia de meditação; Psicoterapia do corpo astral; e Trabalho respiratório monhâmico

O artigo 38, alíneas “d” e “e” do Código de Ética Profissional diz que é vedado ao psicólogo “propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional” e, ainda, “propor atividades não previstas na legislação profissional como função do psicólogo”. Assim, a divulgação do nome e do título ligado a qualquer item dessa lista seria considerada como violação desse dispositivo.

O assunto foi temário do I Congresso Nacional Constituinte, em agosto de 1994.

Em dezembro de 1994, surgiu uma resolução do Conselho Federal (Res. CFP nº 016/95) que mantinha, agora a nível nacional, a orientação da resolução da terceira região, acrescentando-se à lista as seguintes práticas: Tarologia; Quiromancia; Cromoterapia; Florais; Fotografia Kirlian; Programação Neurolingüística (PNL).

Os psicólogos vinculados à PNL apresentaram argumentações ao Conselho Federal de Psicologia, mostrando que a PNL é uma técnica embasada em pesquisas do campo da psicologia e não deveria estar sendo confundida com algumas apropriações indevidas em livros e cursos de auto-ajuda. A resolução foi, então, modificada em 1995, com a retirada da programação neurolingüística.

O II Congresso Nacional da Psicologia, em setembro de 1996, após uma longa discussão nos congressos regionais, retoma o assunto das práticas alternativas, agora como um item privilegiado do temário. Uma nova norma foi definida, prevendo-se um fórum de debates com objetivo de elaborar uma minuta de resolução, levando em conta os seguintes princípios:

- Resolução norteadora e orientadora;
- Indicativo de garantia de qualidade dos serviços psicológicos;
- Baseados em princípios democráticos e éticos;
- Garantidos os direitos dos usuários dos serviços do

psicólogo;

- Utilizando como critérios do que é pertinente ao campo da psicologia aquele já reconhecido pela comunidade científica;
- Respeitar as teses aprovadas no I e no II Congressos Nacionais de Psicologia.

As decisões apontam, ainda, para o fato, já citado no I Congresso, de que “o Conselho não é um órgão de validação e de reconhecimento de técnicas”, tarefa que cabe à “comunidade científica”. Não obstante, seria necessário aos Conselhos instrumentalizarem-se “para saberem o que já é validade e o que não é” e, assim, poderem “ter regras claras para a relação com a comunidade, considerando”:

- Técnicas já reconhecidas;
- Técnicas em processo de reconhecimento;
- Técnicas em fase de pesquisas.

Por outro lado, como parte da relação com a comunidade, os conselhos deveriam, segundo as decisões do congresso, realizar ações educativas com os profissionais, estudantes e a comunidade em geral, procurando esclarecer o caráter da psicologia como “ciência e profissão”.

O fórum nacional deliberativo da atual norma sobre técnicas alternativas foi precedido de fóruns regionais, com riquíssimas contribuições, dentre as quais a unânime referência à resolução do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas com seres humanos que foram levadas ao debate nacional, resultando, então, na minuta das atuais resoluções CFP nº 010/97 e CFP nº 011/97. O Conselho Federal de Psicologia emitiu também a Instrução Normativa CFP nº 001/97, que regulamenta as duas resoluções.

A primeira das duas resoluções estabelece que “somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia” podem ser vinculadas ou associadas “ao título de psicólogo e/ou ao exercício profissional”. Tanto a “divulgação e publicidade”, já citadas nas resoluções 016/95 e 029/94, quanto “o exercício profissional” são incluídos na determinação da nova norma.

As demais técnicas “ainda não reconhecidas pela Psicologia” são consideradas como possibilidade de “recursos complementares”, se respeitarem as seguintes indicações:

- Estejam em processo de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;

- Respeitem os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo;
- O profissional possa comprovar junto ao CRP a habilitação adequada para desenvolver aquela técnica;
- O cliente declare expressamente ter conhecimento do caráter experimental da técnica e da prática utilizadas.

A Resolução CFP nº 011/97 exige que “todo psicólogo que esteja desenvolvendo pesquisas em métodos ou técnicas não reconhecidas no campo da Psicologia deverá ter protocolo de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa” reconhecido pelo CNS 196/96 ou norma que venha a substituí-la.

Nesse caso, em que o psicólogo realiza pesquisa, lhe é vedado “receber, a qualquer título, honorários da população pesquisada” sendo necessário que essa dê o seu “consentimento expresso para participar da pesquisa” sendo, ainda, “vedada qualquer forma de remuneração do pesquisado”.

A Instrução Normativa, emitida na mesma data das resoluções, determina a forma burocrática das autorizações que cabem aos conselhos regionais, incluindo entre as exigências para autorização da pesquisa “cópia do protocolo, com os respectivos documentos aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde” e “declaração individual de cada participante da pesquisa em que conste o seu consentimento e concordância com os métodos e técnicas a serem utilizadas”.

É importante salientar que não é interesse dos Conselhos de Psicologia inviabilizar a descoberta de novos métodos e técnicas que venham contribuir para a saúde mental das pessoas. Pelo contrário, e de acordo com o próprio Código de Ética Profissional, que tem como um dos princípios fundamentais do exercício profissional por parte do psicólogo o trabalho, “(...) visando promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo (...)”, queremos propiciar o diálogo e a interlocução em relação a essas novas descobertas e oferecer informações e subsídios que facilitem o reconhecimento das mesmas.

Buscamos, com isso, indicar àquelas que tenham como princípio o trabalho sério e o reconhecimento como uma técnica científica, o endereço adequado em que tal reconhecimento se dará. O que não podemos é compactuar com práticas que sejam contrárias aos princípios de ética e saúde que a Psicologia visa atingir. É função do Conselho zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe e assim ele o fará. Contamos com a colaboração de todos os profissionais na divulgação e respeito às técnicas que fazem parte do campo da psicologia, pois dessa forma estaremos contribuindo, também, para o respeito, seriedade e fortalecimento da nossa profissão.

CRP

Endereço da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde
Bloco G - Anexo - Ala B - 1º Andar - Salas 128 a 147
Cep 70058-900 - Brasília - DF
Telefones para contato:
(61) 315-2151 / (61) 225-6672 / (61) 226-8803



Marta Suplicy, uma personalidade plural



Autora de propostas polêmicas como a legalização do aborto e a união civil de homossexuais, a eclética candidata à prefeitura de São Paulo fala ao JP sobre psicologia, sexo e política.

Jornal do Psicólogo - Nessas alturas de sua carreira, é indissociável, na nossa opinião, sua atuação como psicóloga e, ao mesmo tempo, política. Enfim, temos uma cidadã político-militante ao lado de uma psicóloga. É difícil conciliar essa prática?

Marta Suplicy – Sempre acreditei que a nossa atuação profissional não está dissociada da perspectiva política, isto é, do que acreditamos como concepção de mundo, de homem e de sociedade. Minha atuação profissional sempre foi muito pública e isso tem uma repercussão muito grande na carreira e no próprio trabalho. Quando assumi o mandato de Deputada Federal, continuava com o consultório. Entretanto, a dinâmica da agenda e da vida parlamentar exigiram prioridade para essa nova função. Sempre viajei muito pelos estados e, com a discussão do Projeto de Parceria Civil Registrada, a demanda aumentou muito e acredito que foi muito importante, pois hoje no país se discute a homossexualidade em outro patamar, e, como disse Ricardo Balestreri, representante da Anistia Internacional no Brasil, com essa lei, o Brasil muda de patamar na defesa dos Direitos Humanos.

JP - Através de sua biografia, encontramos, no início, a Marta com a interesses acadêmicos (mestrado nos EUA), em seguida, a Marta voltada para temas relacionados à Psicanálise (com enfoque para sexualidade) e, finalmente, à política. Seria possível identificar um fio condutor?

MS - Minha atuação profissional sempre foi pautada pelo combate à exclusão e à discriminação. Desde que iniciei meu trabalho na televisão, por exemplo, discutia temas considerados polêmicos e explicitava os tabus da sexualidade através do diálogo com telespectadores que praticamente tinham no TV Mulher a única possibilidade de esclarecer dúvidas sobre isso. Também no Congresso Nacional minha atuação foi pautada pela defesa da cidadania das chamadas minorias sociais, através da articulação da bancada feminina e, com a conseqüente aprovação

das cotas para o legislativo, a defesa do aborto, do planejamento familiar em toda a rede de saúde, do projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, e o projeto sobre balanço social. Foi possível, nesse período, pautar temas que antes não estavam na agenda do Congresso Nacional. Acho que essa contribuição está muito ligada à minha formação a qual trabalha com o subjetivo, com mudança de comportamento, com mudança de atitude, enfim, com suporte para uma transformação social maior.

JP - Depois de suas experiências (6 anos na Rede Globo – de 1980 a 1986 – no programa TV Mulher), você acredita na divulgação da Psicanálise na TV? – Favor discutir qualquer de suas respostas. Você disse, em entrevista, que o programa que você vai estreiar na Rede Bandeirantes, em julho, será polêmico e tratará dos mais variados assuntos. A Psicanálise teria espaço nesse programa?

MS - Espero conseguir fazer deste programa – Jogo Aberto – um espaço para que os mais diferentes temas ligados ao cotidiano das pessoas possam ter espaço, portanto, a psicanálise assim como outras questões terão espaço no programa. Acho importante que as pessoas inclusive sugiram pauta para que a produção do programa possa pensar e analisar a viabilidade do tema.

JP - Como psicóloga, como interpreta as desavenças internas – e conhecidas de todos – dentro do PT?

MS - O que é chamado de “desavenças” internas do PT eu chamo de diversidade e pluralidade. E acredito ser essa uma das principais características do PT: o debate de idéias e propostas. O que acontece é que essas questões são amplamente exploradas pela mídia de forma negativa. Por exemplo, na campanha ao governo de São Paulo, trabalhamos de forma integrada com as pessoas de diferentes grupos ou forças no PT, com todos tendo representação e espaço nas instâncias de decisão (coordenação da campanha, agenda, comunicação ...). Tenho muito respeito e facilidade de dialogar com todos, e isso permite uma unidade importante, especialmente nesses momentos de disputa eleitoral em que é fundamental o partido mostrar sua força.

JP - O Conselho Federal de Psicologia editou, recentemente, uma resolução orientando os psicólogos em relação à não discriminação na orientação sexual nos atendimentos psicológicos. Como você analisa esse fenômeno recente da visibilidade social da homossexualidade e como você acha que ficará seu projeto de lei sobre união civil de parceiros do mesmo sexo, agora que você não está mais no Congresso?

MS - Acredito que essa questão representa mais um avanço importante para a área de saúde mental. Já havíamos tirado a homossexualidade do CID e agora o CFP, com essa orientação, reforça a necessidade e a importância de combater as discriminações e ajudar na desconstrução de mitos e preconceitos a respeito da orientação sexual.

JP - Qual a influência do seu processo analítico na sua formação?

MS - Sempre coloquei como um aspecto positivo a análise e o processo terapêutico para as pessoas. Sem dúvida, algo que contribui e muito é o fato de as pessoas se conhecerem e perceberem suas potencialidades e aprenderem a lidar com limites.

JP - Quais sugestões você daria para o jovem psicólogo que está iniciando sua formação?

MS - Ir sempre para além dos muros das Universidades. Infelizmente muitas coisas e mesmo linhas teóricas mais recentes, ou questionamentos feitos às teorias acontecem apenas quando saímos da universidade. É fundamental já ter essa bagagem ou pelo menos acesso a ela para poder enriquecer o trabalho e a construção do caminho profissional de cada um.

Prêmio monográfico “Helena Antipoff”

O Conselho Federal de Psicologia criou o Prêmio Monográfico “Helena Antipoff”, prestando assim, uma homenagem à ilustre profissional, símbolo da Psicologia brasileira. Além de tentar retribuir a inegável contribuição que Helena Antipoff deu para o desenvolvimento da Psicologia no país, o prêmio é uma tentativa de se estimular a produção científica a respeito da relação e da construção da cidadania. O concurso, dividido nas categorias Estudante e Psicólogo, tem como tema “Psicologia e Compromisso Social – Educação Inclusiva: desafios, limites e perspectivas”.

As monografias deverão ser enviadas até o dia 30 de outubro para o CFP, com nome e endereço completos, telefone para contato, CPF ou RG, indicando se o candidato concorre a categoria Estudante (informar Instituição e ano/semestre que está cursando) ou Profissional (Instituição e ano em que se formou, ocupação principal e registro no CRP). O trabalho deverá ser escrito em língua portuguesa, ser digitado em espaço dois, não exceder 20 laudas, apresentar referências bibliográficas de acordo com as normas da ABTN e conter um resumo com, no máximo 100 palavras, que deverá acompanhar a monografia, em folha separada. O vencedor de cada categoria receberá R\$ 2.000,00.

Os profissionais regularmente inscritos nos Conselhos Regionais e estudantes matriculados no curso de Psicologia, interessados em participar, podem procurar maiores informações na Assessoria de Comunicação do CRP-04, pelo telefone (31) 213-6767.





Resolução sobre Orientação Sexual?

SIM

As razões para apoiar essa resolução do CFP, que desaprova o tratamento da homossexualidade como desordem psíquica, podem ser agrupadas em dois amplos pontos de vista. Um deles tem a ver com a saúde pública e o outro, com a pesquisa comportamental e social científica sobre a sexualidade no âmbito da psicologia.

Em relação ao primeiro ponto de vista que gostaria de expor, a resolução vem de encontro a um dos grandes desafios do final do século para a saúde pública, ou seja, buscar políticas de saúde que se alinhem com a lógica da promoção e reforço dos direitos humanos. Conforme várias questões atuais – como a AIDS e a saúde reprodutiva, por exemplo – vêm demonstrando, as ações de saúde pública cada vez mais devem incorporar a dimensão dos direitos humanos de modo a melhor responder a problemas de saúde que não são causados apenas por problemas e disfunções orgânicas em si, mas que têm sua origem na intolerância, na desigualdade e na exclusão. Esse é o caso da homossexualidade. Não podemos pensar ou abordar a questão da homossexualidade, sem antes considerar a história de repressão que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo sofreram em diversas culturas, inclusive a judaico-cristã.

Vivemos em sociedades em que a intolerância com a diferença ainda produz racismo, homofobia, sexismo e recrudescimento de preconceitos e discriminações diversas. Os resultados dessa intolerância sobre a saúde física e mental da população é visível e mensurável em problemas de saúde pública, como, por exemplo, a epidemia de HIV/AIDS. Nesse caso, os preconceitos contra a homossexualidade masculina, ainda tão arraigados na nossa cultura, terminaram por representar a AIDS como “doença de *gay*” e causaram um atraso fatal para a implementação de programas de prevenção para algumas populações, como as mulheres, por exemplo, que foram consideradas imunes ou fora de risco para o HIV durante muito tempo. Os preconceitos também tiveram consequências fatais sobre a própria população homossexual masculina, que, até os dias atuais, apesar de que 40% do total de casos de AIDS no país estarem relacionados à transmissão homossexual, ainda não mereceram, por parte dos governos, campanhas e serviços de saúde que pudessem responder às demandas de saúde deste segmento da população.

Apesar dos preconceitos ainda vigentes, atualmente a homossexualidade já se constitui numa identidade social e política adotada por milhões de indivíduos. Suas expressões estão nas reivindicações políticas do movimento *gay* organizado, em segmentos de mercado de consumo reservados a esses indivíduos, em estilos de vida e sociabilidades alternativas ao modelo heterossexual dominante e na legislação de alguns poucos países como Holanda e Dinamarca, que aprovaram leis

que garantem e estendem os direitos civis dos homossexuais, entre eles a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo, o direito à herança e à adoção de crianças, e à extensão de benefícios sociais aos parceiros. Ainda que essas conquistas e expressões estejam restritas a um número pequeno de indivíduos, se pensamos em dimensões globais, a sua visibilidade e conseqüências têm reforçado a promoção de uma sociedade mais tolerante e mais receptiva com a diversidade, e o reconhecimento da homossexualidade como uma possibilidade das pessoas serem felizes.

A resolução do CFP pode ser uma contribuição significativa para a construção de uma sociedade mais tolerante e um estímulo à adoção de outras abordagens de saúde pública, na qual os direitos humanos e o respeito às diferenças estejam incluídos e sejam parte fundamental da solução de uma série de problemas de saúde física e mental, atualmente enfrentados não só por homossexuais, mas por toda a população. Neste texto, estamos enfocando a homossexualidade, mas o mesmo é válido para problemas de saúde de mulheres e de negros, entre outros segmentos populacionais, por alguma razão estigmatizados e marginalizados.

O segundo ponto de vista que defendo, diz respeito à pesquisa e à produção acadêmica. Ao não mais considerar a homossexualidade como conseqüência de um desvio comportamental ou uma disfunção do indivíduo e desaprovando tratamentos compulsórios que “tratem”, “corrijam” ou “curem” a homossexualidade, a nova resolução do CRP abre caminho para que a homossexualidade seja compreendida através de outras perspectivas teóricas, ampliando assim a interdisciplinaridade do saber.

Até recentemente, as teorias dominantes nos saberes psicológicos e psiquiátricos sobre a homossexualidade, ainda buscavam explicá-la como um resultado de disfunções hormonais ou como um resultado de processos de desenvolvimento mal sucedidos ou desviantes de um padrão normativo, no caso o heterossexual, ou seja, a homossexualidade era vista como algo negativo, com uma causa ou uma origem – quase sempre problemática – na biologia ou no psiquismo dos indivíduos. Tais perspectivas teóricas reforçaram a percepção da homossexualidade como “perversão”, “inversão”, “doença” e que poderia ser “curada” ou tratada “cientificamente”, o que justificou uma série de tratamentos, muitas vezes cruéis, que

incluíram choques elétricos, injeções de hormônios, reclusão em sanatórios, entre outros. Uma revisão histórica sobre a relação dos saberes psicológicos e psiquiátricos com a homossexualidade desde o século XIX poderia nos levar a pensar na dívida que os saberes psicológicos e psiquiátricos teriam com a felicidade das pessoas homossexuais, já que se trata muitas vezes de uma história que envolve tratamentos desumanos, reprovações de todo o tipo e cumplicidade com preconceitos e discriminações. Nesse sentido, a resolução do CRP, pode ser também um passo na reparação dessa história marcada por sofrimentos e injustiças.

Ao permitirmos outros olhares teóricos sobre a homossexualidade, poderemos nos beneficiar de contribuições advindas da antropologia, da sociologia, da fenomenologia, da crítica literária, entre outras, que pensam a homossexualidade como uma construção social, resultante de fatores históricos, culturais e sociais e da interação dos indivíduos com esses fatores. Dessa forma, podemos pensar a homossexualidade não mais como uma categoria única, ahistórica, transcultural, universal e contínua, como aqueles saberes psicológicos mais ligados à clínica e à aspectos biológicos nos propõem – mas sim como diversas expressões de desejo, de estilos de vida, localizados e em interação com contextos sociais e culturais determinados. De acordo com essa perspectiva construtivista, a homossexualidade deixa de ser vista apenas como um atributo do indivíduo, como a essência de sua personalidade, localizada no corpo ou no psiquismo, conforme as abordagens mais essencialistas nos apresentam. Haveria homossexualidades diversas, segundo culturas, momentos históricos, geografias, rituais próprios, entre outros fatores que deveriam ser considerados para compreendermos as experiências e a construção de identidades e comunidades homossexuais (Terto Jr., 1997).

O estímulo a diferentes formas de pensar a homossexualidade, mais afinadas eticamente com as reivindicações políticas e sociais das pessoas homossexuais, pode contribuir para o enriquecimento da pesquisa sobre sexualidade, assim como para relativizar “verdades” e juízos de valor tantas vezes entranhados nas teorias sobre o erotismo. Assim, também estaremos contribuindo para uma psicologia realmente comprometida com a felicidade dos indivíduos e com a criação de sociedades mais justas, nas quais a cidadania plena, nas suas múltiplas expressões, seja uma realidade para todos.

Veriano Terto Jr é Psicólogo, Doutor em Saúde Coletiva. Coordenador da Área de Projetos da Associação Brasileira de AIDS (ABIA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TERTO Jr., Veriano. *Reinventando a vida: histórias sobre homossexualidade e AIDS no Brasil*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva. IMS/UERJ, 1997 (mimeo).





Não

BEMINTENCIONADA, MAS...

As boas intenções nem sempre são acompanhadas das ações mais efetivas. Elas podem, até mesmo, mostrarem-se contraditórias, ou prejudiciais à causa que defendem. Na verdade, ninguém está imune a esse risco, próprio da atual condição humana, tão propícia a equívocos e à repetição daquilo que combate. Temo que a Resolução nº 01/99 do CFP passe para a história como algo assim, caso não seja aprimorada.

De início, pode-se entender que ela revela uma atitude corajosa, visando proteger uma minoria ainda hostilizada. É inegável que existem setores expressivos da sociedade que tratam com desdém e desrespeito as pessoas com tendências e/ou práticas homoeróticas. Basta ver o que se veicula em programas humorísticos, os estereótipos difundidos em novelas, as notícias nas páginas policiais, as piadas que passam de boca-em-boca, e por aí fora. Os profissionais de ajuda, ao contrário, pela própria formação e natureza do seu trabalho, militam contra as barreiras sociais, promovendo a livre comunicação e o respeito entre as pessoas. Aberrações podem surgir entre eles, mas é difícil imaginar um número expressivo de psicólogos agindo com perversidade, a ponto de justificar medidas coercitivas. Se necessário, já se dispunha do Código de Ética, das leis civis e criminais, e da própria Constituição Federal, passíveis de serem acionados para garantir direitos dos clientes. Pelo que, a Resolução seria, a princípio, ...desnecessária.

Alguém pode argumentar que se pretendeu antecipar, agindo na vanguarda, criando o que se chama "discriminação positiva". Isso, na verdade, tem sido sugerido como estratégia para superar barreiras raciais em escolas e órgãos públicos, para alavancar a participação feminina na política, para incluir deficientes no mercado de trabalho, entre outras situações. Entretanto, ela não parece ser uma via sempre promissora. A experiência recente em nosso país, exigindo número maior de mulheres como candidatas a cargos eletivos, não promoveu o resultado que se esperava. O mais inadequado, talvez, seja o fato de se tratar de vantagem atribuída, que força a superação de restrições arraigadas no psiquismo coletivo. São atitudes que se aproximam daquelas reconhecidas como autoritárias, que têm efeitos limitados e até deformadores, conforme conhecemos muito bem.

No caso da Resolução aqui considerada, não houve, ao que tudo indica, tempo hábil para uma ampla discussão, tão necessária em se tratando de tema reconhecidamente polêmico e controverso. Além do mais, restringir a tarefa de elaborar o texto aos limites de uma comissão, por mais experientes, capazes e respeitados que sejam os profissionais que dela tomaram parte, soa como pouco prudente. Alguém pode ver aí atitude impositiva, o que não condiz com o espírito democrático que a motivou.

Ela, inegavelmente, impõe restrições à prática profissional, pois aponta um único direcionamento numa

questão sobre a qual o conhecimento científico não está estabelecido. Para tal, foi-se fundamentá-la num instrumento pouco afeito aos psicólogos, a Classificação Internacional de Doenças, elaborada pela Organização Mundial da Saúde. Por isso mesmo, atribuiu-se a esse codificador um poder normativo que ele mesmo recusa. A sua Introdução assim adverte: "Estas descrições e diretrizes não contêm implicações teóricas e não pretendem ser proposições completas acerca do estágio atual de conhecimento dos transtornos"¹.

Além de tudo, aquele catálogo traz vários itens que freqüentemente estão relacionados ao homossexualismo, a saber: Transtorno de maturação sexual; Orientação sexual egodistônica; Transtorno de relacionamento sexual; Transtornos do desenvolvimento psicosssexual; Outros transtornos de preferência sexual.

Na verdade, a questão vista em termos de saúde-doença coloca o debate em limites muito estreitos. Assim fazendo, ignoraram-se teorias psicológicas que têm uma visão crítica em relação à homossexualidade. Como alguém disse, "logo a Psicologia, que tem escolas, correntes e tendências tão fascinadamente múltiplas!"². Poderíamos, então, dizer que a Resolução foi ... tendenciosa?

Soma-se ainda a restrição à liberdade de reunião, pelo menos junto àqueles que pensam diferente. Os psicólogos sempre desejam e se beneficiam com a contribuição de variados saberes para a compreensão do comportamento humano. Cada ramo do conhecimento traz, para esse diálogo, um aporte específico, articulado numa linguagem que lhe é própria. Por outro lado, o contato com pessoas oriundas de outros referenciais, oferece oportunidades privilegiadas para difusão de conceitos e atitudes mais arejadas. Assim, proibir a articulação multidisciplinar, principalmente com os de posições contrárias, tende a ser nocivo ao próprio interesse da profissão. A intenção, por certo, foi boa, mas acabou sendo ... prejudicial.

Por fim, a restrição à livre expressão de opiniões estabelece a censura *a priori*. Ao definir uma posição quanto ao modo como deve ser entendida a inclinação e/ou prática homossexual, e impor a todos os psicólogos essa concepção, a Resolução acabou por instituir uma espécie de censura científica. Já está evidente que qualquer pronunciamento que não siga o entendimento "oficial" da questão, poderá ser acusado de

preconceituoso. Se é inadequado determinar uma única visão, sobretudo quando se trata de comportamento sexual, assusta ainda mais a disposição de calar os contrários. É certo que não se resolve uma discriminação impondo outra igual, mesmo que em sentido contrário. Pode-se conhecer, e compreender, a dificuldade dos homossexuais em aceitar o seu diferente, mas uma Resolução deste nível não deve atender a tendências de grupos, sejam eles quais forem. Se assim acontece, ela se mostra ... discriminatória.

Tudo faz lembrar os embates, vívidos por alguém bem conhecido, com dois grupos de pessoas: de um lado, aquelas conservadoras nos costumes e nas práticas sociais, reacionárias na política; e, de outro, as que eram consideradas avançadas, liberados em suas idéias e atitudes. As primeiras compunham os chamados fariseus, e as segundas, os saduceus. Eles consideravam-se em caminhos opostos, mas o "olhar clínico" de Jesus Cristo, sempre profundamente perquiridor, viu em todos motivações e mecanismos psíquicos semelhantes. Os erros e contradições que aparentemente distinguem posturas antagônicas, mostravam-se universais. Eram todos "carentes" e limitados existencialmente, capazes de reincidir naquilo que condenavam. Assim, o "tratamento" que Ele propõe é de aplicação ampla e se mostra sempre atual: "Se vós permanecerdes na minha palavra...conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará"³. Nós precisamos do diálogo intersubjetivo, com Ele e com o outro, para que a verdade, mesmo limitada, se construa. No campo do comportamento humano, principalmente, necessitamos ouvir sempre, além de exercitar o *insight* para com as próprias posições. Os profissionais de ajuda têm, de fato, papel relevante na mudança de atitudes da sociedade. E isso é o que muitos efetivamente têm feito, atuando, por exemplo, junto às comunidades cristãs, nas quais hoje se encontra um nível de respeito e tolerância para com os homossexuais bem maior do que entre outros segmentos sociais.

De qualquer forma, a Resolução nº 01/99 do CFP está suscitando a discussão que a deveria ter precedido. Esse já é um resultado benfazejo, mas provisório. Tem razão quem assim se manifestou: "Ela precisa continuar... Temos teorias na psicologia para as quais o homossexualismo não é um desenvolvimento normal... Tenho a impressão de que muitos (psicólogos) não tomam essa Resolução de forma tranqüila"⁴.

Uriel Heckert é Psiquiatra e presidente da Comunidade Cristã de Psiquiatria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. OMS. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, p.2.
2. AZEVEDO, I.B. de. A Intolerância dos Tolerantes. Ver. Vinde, Ano IV, n. 42, 1999, p.66.
3. BÍBLIA. Evangelho de João, cap. 8, v.31 e 32.
4. CRP-SP. Homossexualidade não pode ser vista como desvio. Jornal do CRP-São Paulo, Ano 17, n. 115-116, 1999, p.12.





Partido

Partido = do latim *partitus*: partido, dividido em partes, quebrado, fragmentado, em pedaços, separado de um lugar.

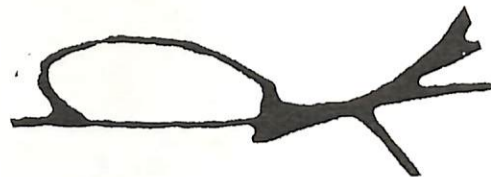
Calvino confere duas características à sua arte que servem ao alicerce desta montagem: leveza e multiplicidade. Por leveza, o escritor entende a forma de uma literatura que resiste ao peso de um mundo cada vez mais inóspito. Quanto mais pesado ele fica, mais cumpre à Arte colocar-se sobre as asas de Pégaso e vê-lo à distância, compreendê-lo e modificá-lo. A multiplicidade reflete a cosmologia de Calvino: o universo é poliédrico. Cada coisa, gesto ou grupo social pode ser visto de vários ângulos. Como um caleidoscópio, tudo pode, de repente, adquirir uma configuração inédita na oficina inconclusa do mundo e desvelar um sentido novo. Nessa metamorfose, transcorre a história de Medardo e O Visconde Partido ao Meio, escrita em 1951. Nela, a vida desliza no limite do equilíbrio em que nos sustentamos, como artistas na corda bamba sobre um abismo. A realidade é apenas um fogo-fátuo. E a aparência sólida das coisas nada mais reflete do que a efêmera combinação dos gases mais rarefeitos.

Essa também é a alquimia de Partido, metáfora de um mundo fragmentado e de um homem partido e estranho em sua própria casa. Terralba, ou "terra do alvorecer", é a terra de todos nós, quebrada e em metamorfose. Aí habitamos: partidos, como em um exílio; inapreensíveis, como fogos-fátuos; trânsfugas e em perpétua diáspora com nossa própria sombra. Estamos aí como se não estivéssemos: quem somos? para onde vamos? de onde viemos? O Visconde não responde a tais perguntas, mas as divide ao meio e as dirige ao ator e ao público: somos? vamos? viemos?

Neste espetáculo, o ator experimenta um processo de conhecimento de si mesmo através da ação e da imaginação ativa e em guarda diante dele próprio: esse conhecimento é o reconhecimento de uma verdade partida que faz oscilar as certezas anteriores e encontrar a monstruosidade do mundo que o cerca. Como um "pré-texto", o livro de Calvino é um sino sob cujas badaladas a alma do ator repercute, encontra a frequência de sua própria vida e engravida as falas que partirão de seus lábios. Emitidas do palco, tais falas vêm à dramaturgia, horizonte último onde se encontram o mundo do texto, o mundo do teatro e, por antecipação, o mundo do espectador. Desse encontro, partem as "milhentas" possibilidades de sentido que nem mesmo Calvino imaginou.

Partido divide o ator e o espectador ao meio. E o faz autorizado pelo "elogio da divisão", proposto pelo próprio Calvino como definição de sua história: "uma invectiva contra a inteireza obtusa, a tematização de uma pessoa que se impõe voluntariamente uma regra difícil e a segue até as últimas consequências, pois sem essa não seria ela mesma nem para si nem para os outros". A imagem dessa pessoa girava na cabeça de Calvino ao escrever a aventura de Medardo. Talvez seja alguma coisa próxima da leveza dela que o Galpão vem a inserir entre os pesos do mundo. Partido é isto: algo que está entre a perda de uma antiga harmonia e a aspiração a uma nova completude; algo que, a uma humanidade adormecida, se apresenta como fábula e convite para se entrar no século XXI.

Cacá Brandão é Dramaturgo do Galpão.



VERSOS PARTIDOS

RONALDO ZENHA

- I** ao enredo
de meus sonhos
partidos
- parte filho de terra estrangeira
parte essa terra de cercas e farpas
parte filho
que sua ida será saudade ao voltar
parte para a guerra da terra prometida
parte para a conquista:
do sul
do leste
do norte
do oeste
da sorte
parte para a morte
- II** o sangue do guerreiro
contamina toda a tropa
filho da guerra
vai fazer sua batalha
conquistar outras fronteiras
vai bem-aventurado
levar seus fiéis para o norte
vai peregrino avaro
levar sua gente para a morte
- III** a parte que te parte
nessa partitura
de palavras
diz da inteireza
dessas partes
que partido
faz inteiro
os sentidos
atravessados
de fronteiras
- IV** a metade que fala
a metade que cala
a metade que ama
a metade que odeia
a metade que é trama
a metade que é teia
a metade que mente
a metade que sente
a metade que fere
a metade que cura
a metade que é santa
a metade que é...o diabo
- V** ata-me a boca
pois que senão
a palavra lavra
a terra seca
de sementes
ata-me a boca
pois que senão
tua mente
atravessa a parte oculta
e minhas palavras
parcas ilusões
falácias
prendem-te
- VI** é a dor do partido
que me faz partir
esse avião sem asas
essa areia sem mar
esse amor sem alguém
é o partido da dor
que me faz ferino
esse torpedo sem guerra
essa tropa sem comando
esse lugar vazio
que busco
sempre
- VII** o sofrimento é minha alegria
o sorriso partido que me alimenta
rouca doçura que me desfalece
o desfalecido, me ergo
para de novo me desfalecer
a alegria é meu choro
a oração inteira que me suga
límpida amargura que me renasce
e da ressurreição claudico
para de novo me erguer
mais forte, mais bonito
para que o feio
não me assuste no espelho
- VIII** teu amor prova
a cisão do ódio
a plenitude
que meus olhos sentem
vi no sol do horizonte
que de luz
enganou meu ser
enchendo de candura
o frio fique do quente escapou
a cisão dos teus olhos
esvai com terror
de se pensar completo
por isso inteiro
me é partido
- XIX** e, por fim,
partido fico
e, afirmo
minha condição
de cindido
que é coisa
de cão
ou de cidadão
deus sabe lá
o que partido seja?
dividido entre
margens
ir ou ficar?
melhor viajar



Ronaldo Zenha é psicólogo.